



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 16/07/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado, na qualidade de Vice-Presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT) para a Região Sul e em nome do Presidente nacional Carlos Lupi, saudou a filiação de Roberto Requião e de Requião Filho ao partido. Destacou a trajetória política e o legado da família Requião no Paraná, exaltando a importância histórica e simbólica da adesão de ambos ao trabalhismo. Por fim, parabenizou o Presidente estadual do partido, Goura, expressou otimismo com o fortalecimento do PDT no Paraná e o retorno da sigla à representatividade estadual e federal.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado abordou a iminente tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 76, de 2019, que inclui as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública. Reforçou a importância do tema e alertou para os riscos do uso do termo “exclusividade”, que pode excluir profissionais legitimamente concursados e reconhecidos pelas legislações federal e estaduais. Ademais, defendeu um modelo pericial plural e compatível com a realidade federativa, respeitando a autonomia dos Estados e a atuação de peritos criminais *ad hoc*, entre outros. Ainda, Citou o art. 159 do Código de Processo Penal e a Lei nº 12.030, de 2009, como fundamentos contrários à exclusividade. Por fim, reafirmou seu compromisso com a segurança pública ao declarar que 100% de suas emendas parlamentares foram destinadas ao setor nos últimos dois anos.

Missionário José Olimpio (PL - SP) - O Deputado apresentou um balanço de suas atividades parlamentares no Estado de São Paulo, especialmente na região sudoeste, destacando visitas a diversos Municípios realizadas em conjunto com seu filho, o Deputado Estadual Rodrigo Moraes. Assinalou a atuação conjunta com Prefeituras e Câmaras Municipais para encaminhamento de emendas parlamentares voltadas a demandas locais, com ênfase nas áreas de saúde e infraestrutura. Por fim, informou que seu escritório em Itu (SP) está disponível para atendimento aos gestores municipais e agradeceu a acolhida por parte de autoridades locais.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado criticou a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro, rejeitando as acusações de liderança de organização criminosa, tentativa de golpe de Estado, abolição do Estado Democrático de Direito, dano qualificado e grave ameaça ao patrimônio da União. Argumentou que não houve qualquer ato concreto que justificasse tais



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

acusações e que o objetivo da denúncia seria impedir a candidatura de Bolsonaro nas eleições de 2026. Por fim, classificou a ação como uma tentativa de golpe à democracia e acusou setores da Esquerda de atuarem de forma coordenada ao manipular o sistema para beneficiar o Presidente Lula e prejudicar o ex-Presidente.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado manifestou indignação com a situação em Gaza, ressaltando que o conflito iniciado em outubro, após o ataque do Hamas a Israel, resultou em mais de 300 mil mortes, incluindo mais de 30 mil crianças. Classificou as ações israelenses como genocídio e crime de guerra, exemplificando a morte de civis, crianças, mulheres e homens, quando na busca por alimento. Além disso, afirmou que o sionismo em Israel prejudica a imagem dos judeus mundialmente, e que os judeus no Brasil são contrários ao que está ocorrendo em Gaza. Por fim, destacou o apoio à criação de dois Estados e apelou pelo fim imediato das hostilidades, em prol da paz e da sobrevivência do povo de Gaza.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado homenageou o Embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, e o Vice-Embaixador Yonatan Gonen, que se despedem do País após anos de serviço diplomático. Destacou a trajetória do Embaixador como representante da única nação democrática de fato do Oriente Médio e expressou reconhecimento ao papel de Israel na defesa da liberdade e no combate ao terrorismo. Reafirmou, ainda, que organizações como Hamas, Hezbollah e o regime iraniano são ditaduras sanguinárias. Ademais, citou ações coordenadas entre Israel e o Governo Trump, como o ataque a usinas nucleares no Irã, como formas de proteger o mundo de ameaças nucleares. Finalizou com votos de bênçãos às nações de Israel e dos Estados Unidos.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado manifestou indignação diante das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente do Ministro Dias Toffoli, que anularam condenações de figuras centrais nos escândalos de corrupção no Brasil, como Antonio Palocci, Léo Pinheiro, Marcelo Odebrecht e Alberto Youssef. Criticou a percepção de impunidade e o impacto dessas decisões na descrença popular nas instituições brasileiras. Além disso, mencionou o Índice de Percepção da Corrupção, da Transparência Internacional, no qual o Brasil obteve apenas 34 do total de 100 pontos. Ademais, reforçou sua defesa à operação Lava Jato, que, apesar de eventuais excessos, capturou corruptos influentes. Por fim, acusou setores do Judiciário, Executivo e Legislativo de estarem envolvidos em desvios bilionários e responsabilizou o episódio de 8 de janeiro por inviabilizar ações contra o atual Governo.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado denunciou a existência de um “gabinete do ódio” vinculado ao Governo Federal, acusando o Presidente Lula e o PT de financiarem perfis falsos e robôs com recursos públicos para disseminação de *fake news* nas redes sociais. Alegou que o grupo estaria atuando diretamente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

do Palácio do Planalto, e que as ações configurariam ataques à democracia. Por fim, anunciou a articulação para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os responsáveis e declarou estar em busca das assinaturas necessárias para sua instalação.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada criticou a incoerência entre a realização da COP 30 no Brasil e a iminente votação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2001, apelidado de “PL da Devastação”, que desmantela o licenciamento ambiental e ameaça os biomas nacionais em favor de interesses econômicos predatórios. Alertou para os impactos da flexibilização ambiental, como queimadas, grilagem, rios contaminados e tragédias climáticas. Além disso, denunciou o assassinato do jovem indígena Everton Lopes Rodrigues no Paraná, ressaltando o contexto de violência contra defensores da floresta. Ademais, defendeu a demarcação das terras indígenas como resposta à crise climática e afirmou que um futuro sustentável depende da preservação ambiental e da valorização de povos tradicionais. Por fim, rejeitou projetos que ameaçam o meio ambiente e reafirmou o compromisso com justiça climática, justiça social e soberania nacional.

Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ) - A Deputada reclamou ter sido vítima de mais um episódio de racismo dentro da Câmara dos Deputados, ao ser novamente abordada, na entrada, por um segurança da Casa, mesmo estando identificada com o broche parlamentar. Ressaltou que passará a registrar esses atos com fotos e organizará um relatório para formalizar as denúncias. Ainda, exigiu providências concretas por parte da direção da Casa, sobretudo no que diz respeito à atuação dos servidores. Por fim, reafirmou sua posição como mulher negra, Deputada Federal e representante de mais de 3 milhões de profissionais com recortes de raça e gênero, declarando que não aceitará mais esse tipo de discriminação.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado criticou decisões do STF e da PGR que incluem a absolvição de condenados por corrupção e a denúncia contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro por suposto "crime impossível". Rejeitou a narrativa de associar Bolsonaro a golpe e afirmou que o verdadeiro golpe está na interferência do Judiciário e no prejuízo de 90 bilhões de reais à aposentadoria dos idosos. Além disso, criticou o relacionamento do Presidente Lula com ditaduras, e o responsabilizou, juntamente com o consórcio entre PT e STF, pela taxa de 50% que os Estados Unidos (EUA) impuseram ao Brasil. Por fim, afirmou que as sanções econômicas impostas pelo Presidente Trump foram um recado ao País para informar que os EUA não negociam com países que desrespeitam o Estado Democrático de Direito, bem como uma reação às graves violações à democracia e à Constituição proferidas pelo Ministro Alexandre de Moraes.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu a reversão da suspensão do cômputo de tempo de serviço imposta pela Lei Complementar nº 173, de 2020, que, por suspender o tempo de serviço prestado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

pelos servidores públicos durante um período da pandemia, afetou direitos desses trabalhadores, como anuênios e licenças. Criticou, ainda, o desrespeito a servidores pela referida suspensão e ressaltou que é autor do Projeto de Lei Complementar nº 212, de 2024, que pretende reverter essa distorção, e que há outros projetos com mesmo objetivo. Além disso, denunciou abusos praticados por bancos contra aposentados no processo de portabilidade bancária, citando o Agibank e o Banco Mercantil. Por fim, exigiu a atuação do Banco Central, do INSS e da Dataprev e cobrou respeito aos aposentados.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado relatou sua atuação como Parlamentar, destacando ações em prol da Baixada Fluminense. Informou que, na condição de membro da Comissão de Viação e Transportes, levou debates como a duplicação da Rodovia Presidente Dutra e a abertura da agulha principal da entrada de São João de Meriti (RJ). Ademais, informou alguns resultados positivos gerados pelo seu trabalho na Comissão, que incluem obras de revitalização da ferrovia da região, construção de viaduto, ciclovias, passarelas e sinalização. Por fim, mencionou a inauguração iminente de maternidade em São João de Meriti e reafirmou seu compromisso com saúde, mobilidade e qualidade de vida da população local.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado celebrou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, destacando seu impacto positivo para os Municípios, especialmente no alívio das dívidas previdenciárias das prefeituras. Parabenizou a atuação dos Prefeitos e da Confederação Nacional de Municípios (CNM) na mobilização pela proposta, com menção ao Prefeito João Veiga, de Pindaí (BA). Além disso, relatou a realidade enfrentada por gestores locais, sobretudo na Bahia, em relação aos débitos previdenciários e ao orçamento das cidades. Por fim, agradeceu o relator, Deputado Baleia Rossi, o Presidente Hugo Motta e todos os Deputados que votaram favoravelmente.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, apelidado de “PL da devastação”, por enfraquecer a Política Nacional do Meio Ambiente e ameaçar comunidades tradicionais, pequenas agriculturas e gerações futuras. Afirmou que a proposta é contrária aos valores democráticos, cristãos e nacionais. Além disso, defendeu a denúncia da PGR contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro, ressaltando a gravidade dos crimes atribuídos a ele e defendendo que a responsabilização seja exemplar para mostrar que, no Brasil, há punição para quem tenta desrespeitar a Constituição e promover golpe de Estado.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado lamentou o falecimento de jovens paraenses a caminho do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) e prestou solidariedade às famílias. Em seguida, defendeu o reconhecimento do "custo amazônico" nas políticas públicas, cobrando que Ministérios como Educação e Saúde ajustem os repasses às especificidades da região. Destacou avanços na infraestrutura viária do Pará no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Governo Lula, como a duplicação da BR-316, a ponte do Xingu e a retomada da Transamazônica, e pediu o início imediato de novas frentes de obras. Na sequência, ressaltou conquistas na educação, como a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), além da ampliação dos Institutos Federais. Elogiou o programa Pé-de-Meia e ações para agricultura familiar e populações tradicionais, como Bolsa Verde, Florestas Produtivas e o Plano Safra. Também defendeu a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a tributação dos super-ricos. Por fim, criticou o "tarifaço" de 50% imposto pelos Estados Unidos, considerou chantagem política qualquer negociação com base na anistia a Bolsonaro, e afirmou que defender o Brasil é recusar a submissão a Trump.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado manifestou pesar pela morte de cinco pessoas — três estudantes e dois motoristas — em acidente envolvendo um dos ônibus que levava jovens do Pará ao Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Destacou a dor causada por mortes de jovens e pediu um minuto de silêncio em homenagem às vítimas, desejando que o luto alimente a continuidade da luta, dos sonhos e ideais que os estudantes representavam.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado fez um balanço do primeiro semestre legislativo de 2025, destacando a atuação da bancada catarinense, que demonstrou unidade acima de divergências ideológicas para defender os interesses do Estado. Enfatizou pautas prioritárias como infraestrutura rodoviária — especialmente as BRs 101, 116, 470 e 282 — e o setor agropecuário. Mencionou ainda seu Projeto de Lei nº 2.463, de 2015, que institui o Cadastro Nacional Integrado de Alunos da Educação Básica — “Rede Escola Brasil” — e dispõe sobre sua finalidade, operacionalização e proteção dos dados pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados. Por fim, avaliou o semestre como produtivo.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado criticou o Governo Lula, acusando-o de manter um “gabinete do ódio” com uso de robôs para manipulação de narrativas. Sobre o tarifaço imposto pelos Estados Unidos, responsabilizou o próprio Presidente por má condução da política externa e rejeitou a tentativa de transferir a culpa a terceiros. Além disso, defendeu mais seriedade nas relações diplomáticas e atacou a atuação conjunta do Governo e do Supremo Tribunal Federal (STF), que, segundo ele, ameaçaria a liberdade do povo brasileiro. Concluiu pedindo bênçãos a Deus para o país.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado manifestou solidariedade pelas vítimas do acidente com estudantes que viajavam para o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em seguida, em tom conciliador, ironizou os ataques da oposição e sugeriu, com humor, levar “jabuticabas da fraternidade” ao Plenário. Aproveitou ainda para parabenizar a cidade de Imperatriz (MA), que completa 173 anos, destacando



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

sua importância regional, seus vínculos pessoais com o Município e homenageando lideranças locais como o Prefeito Rildo Amaral.

Sergento Fatur (PSD - PR) - O Deputado criticou a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) e à Procuradoria-Geral da República (PGR), acusando ambos de desmontarem o combate à corrupção. Defendeu o ex-Presidente Jair Bolsonaro, alegando que não há provas concretas de tentativa de golpe e denunciou o que considera uma “perseguição política”. Criticou também a anulação de sentenças ligadas à Lava Jato, especialmente a de Alberto Youssef, e afirmou que o Governo Lula foi articulado para enfrentar Bolsonaro, classificando o atual sistema político e judiciário como corrupto. Encerrando com sua marca pessoal, afirmou: “Força e honra!”.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada prestou solidariedade às famílias das vítimas do acidente que vitimou estudantes a caminho do congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Reforçou o valor da juventude na luta democrática e criticou a incoerência de Parlamentares que, segundo ela, defendem ditadores e pedem anistia a golpistas, ao mesmo tempo em que se dizem defensores da democracia. Em seguida, destacou decisão do Colégio Pedro II de retirar nomes de ditadores de seus prédios e homenagear o ex-aluno Lincoln Bicalho Roque, militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B) morto pela ditadura. Na sequência, citou outros ex-alunos assassinados pelo regime militar e parabenizou a Reitora Ana Paula Giroux pela iniciativa, reafirmando: “Sem anistia!”.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado manifestou solidariedade aos estudantes do Pará e ao motorista vítimas do acidente ocorrido a caminho do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Saudou a decisão do Colégio Pedro II, sob a liderança da Reitora Ana Paula Giroux, de remover nomes de ditadores de seus prédios, destacando o papel da educação na defesa da democracia. Também criticou o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; o chamado “PL da devastação”, que considera uma ameaça ambiental em um momento em que o Brasil se prepara para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA). Por fim, citou o tema da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep) para 2025 — “Justiça climática é justiça social” — e reforçou a importância de proteger o meio ambiente como compromisso com a sobrevivência do planeta.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado fez uma defesa enfática do ex-Presidente Jair Bolsonaro, retratando-o como alvo de perseguição por parte do “sistema” por suas posições sobre liberdade, vacinação, segurança nas urnas, comunismo e defesa de valores cristãos e patrióticos. Afirmou que Bolsonaro foi



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

injustamente rotulado como negacionista, fascista e golpista por tentar governar fora dos moldes tradicionais. Concluiu dizendo que, mesmo que o ex-presidente seja preso, suas ideias sobre um Brasil livre e soberano seguirão vivas entre o povo.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada registrou que o Senado Federal votaria a urgência e o mérito do Projeto de Lei Complementar nº 234, de 2024, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo; a chamada Lei de Incentivo ao Esporte. Agradeceu à Senadora Leila Barros e ao Deputado Orlando Silva pela articulação da matéria, bem como ao Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, por pautar o projeto, que, caso aprovado, seguirá para sanção presidencial.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado criticou o impacto do tarifaço imposto por Donald Trump sobre a agricultura brasileira, destacando prejuízos significativos em setores como café, bioenergia, suco de laranja, carne bovina, frutas frescas, cacau e pescado. Citou dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e alertou para as perdas econômicas para exportadores brasileiros, especialmente para estados como São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Além disso, condenou a postura do ex-Presidente Bolsonaro por apoiar Trump, acusando ambos de prejudicarem o Brasil por interesses políticos. Defendeu a atuação firme e soberana do Presidente Lula nas negociações com os Estados UA, e afirmou que, se houver taxação, o Brasil responderá com reciprocidade. Concluiu que quem apoia o tarifaço está contra o agronegócio e contra o país.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada criticou a anulação das condenações do doleiro Alberto Youssef pelo Ministro Dias Toffoli, afirmando que isso representa o desmonte da Lava Jato e o retorno dos corruptos ao cenário político. Denunciou que o Brasil corre risco de sofrer sanções dos Estados Unidos por omissão no combate à corrupção, via Seção 301. Por fim, disse que enquanto Bolsonaro é perseguido, corruptos saem impunes, e o país se torna "pária internacional".

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado concordou com Bia Kicis ao afirmar que o Brasil vive um momento vergonhoso e reforçou seu apoio à Operação Lava Jato, mesmo com eventuais excessos. Rejeitou qualquer interferência externa, criticando a tentativa de Donald Trump de investigar o Pix e ameaçar a soberania brasileira. Também denunciou a atuação da máfia chinesa na Rua 25 de Março, em São Paulo (SP), e defendeu a indústria nacional, acusando a China de práticas trabalhistas desleais. Finalizou com um apelo nacionalista: "Trump, você não vai acabar com o Pix no Brasil!".

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada expressou solidariedade às famílias das vítimas do acidente envolvendo um ônibus de estudantes, cobrando mais segurança nas rodovias. Destacou a medida provisória



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

assinada pelo Presidente Lula que isenta os taxistas da taxa de verificação de taxímetros, agora exigida a cada dois anos — ação que deve gerar uma economia de R\$ 9 milhões por ano e incentivar a modernização tecnológica no setor. Por fim, anunciou que tratará dos 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do qual foi Relatora, reafirmando sua importância histórica na garantia de direitos da infância.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado parabenizou o advogado Jeffrey Chiquini pela firmeza com que defendeu o réu Filipe Martins, afirmando que o advogado enfrentou tentativa do Ministro Alexandre de Moraes de cercear sua palavra durante o julgamento. Além disso, destacou que Chiquini exigiu, dentro da legalidade, o respeito às prerrogativas da advocacia.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado ironizou as críticas da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) à taxação imposta pelos Estados Unidos, afirmando que o partido é o que mais cria e aumenta impostos no Brasil. Criticou o Governo por não reduzir impostos sob sua responsabilidade — como os que incidem sobre gasolina, Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) e letras de crédito — e apontou fragilidade na política internacional brasileira.

Paulão (PT - AL) - O Deputado expressou solidariedade às vítimas do acidente com estudantes em Goiás. Em seguida, criticou a postura da extrema direita na Câmara diante das ações do Presidente Donald Trump, incluindo a tentativa de inviabilizar o Pix no Brasil. Associou tais medidas a articulações de Jair Bolsonaro e acusou a oposição de submissão à política externa americana. Na sequência, defendeu a soberania nacional e elogiou a reação do Canadá em situação semelhante. Destacou ainda o crescimento da popularidade do Presidente Lula, especialmente entre a classe média, e cobrou posicionamento firme da Câmara dos Deputados em defesa dos interesses do povo brasileiro.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado ironizou o Partido dos Trabalhadores (PT) por defender o Pix e o agronegócio, lembrando que o Pix foi criado no Governo Bolsonaro e acusando o partido de querer taxá-lo no passado. Criticou a postura do Ministro Haddad, afirmando que o Governo atual só propõe aumentos de impostos e que a gestão do atual Governo é "símbolo de taxação".

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou uma nova licitação do Governo Lula para comunicação digital no valor de R\$ 98 milhões, lembrando que uma anterior, de R\$ 197 milhões, foi suspensa por suspeitas de irregularidade. Alegou coincidência entre essa nova contratação e o aumento de perfis com comportamento de “robôs” atacando Bolsonaro e Trump nas redes. Sugeriu que o Governo busca controlar a narrativa digital com verbas públicas. Relembrou outros episódios que, segundo ele, indicam má gestão e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

corrupção — como o escândalo do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a licitação do arroz, e o sucateamento das Forças Armadas — e pediu à população que se indigne e reaja.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado lamentou o acidente na BR-153, ocorrido em Porangatu (GO), que resultou na morte de cinco estudantes e dois motoristas, além de deixar diversos feridos. Classificou a BR-153 como “rodovia da morte” e pediu reforço na segurança à concessionária Ecovias do Araguaia. Por fim, também elogiou a atuação da Prefeita Vanuza Valadares, que tem prestado apoio psicológico e hospitalar às vítimas e suas famílias.

Luiz Carlos Haully (PODE - PR) - O Deputado expressou preocupação com o impasse nas negociações entre Brasil e Estados Unidos, afirmando que os canais diplomáticos do Executivo estão “interditados”. Sugeriu que o Parlamento assuma a liderança nas tratativas por meio de uma delegação suprapartidária. Além disso, defendeu uma abordagem pragmática, afastada de ideologias antiamericanas, e ressaltou os laços históricos e econômicos entre Brasil e Estados Unidos. Por fim, afirmou que o Legislativo pode ser a via eficaz para restabelecer o diálogo com Washington.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada defendeu o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, conhecido como “PL da devastação”, classificando-o como inconstitucional e negacionista das mudanças climáticas. Ressaltou a importância do licenciamento ambiental como ferramenta essencial para mitigar riscos e garantir a sustentabilidade. Também alertou que o agronegócio brasileiro pode ser afetado, já que os principais mercados importadores exigem compromisso ambiental. Finalizou reforçando a urgência de avançar na pauta climática e evitar retrocessos ambientais.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada celebrou a aprovação unânime, na Comissão Especial, do relatório do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas. Destacou que o texto mantém a isenção para quem recebe até R\$ 5 mil por mês e amplia o teto para redução progressiva do imposto até R\$ 7.350. Por fim, explicou que o relatório também prevê a taxação de pessoas com renda superior a R\$ 60 mil; e que a proposta corrige desigualdades históricas do sistema tributário brasileiro promovendo justiça social, ao tornar a cobrança do imposto mais equitativa tanto na vertical (ricos x pobres) quanto na horizontal (tipos de rendimentos).

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado anunciou o lançamento do Plebiscito Popular por um Brasil Mais Justo, organizado por entidades civis, sindicatos e movimentos sociais. Explicou que a iniciativa visa consultar a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

população sobre dois pontos principais: a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, proposta enviada pelo Governo Lula, e a mudança na jornada de trabalho, com a possível revisão da escala 6 por 1. Por fim, destacou que o plebiscito é uma forma de mobilizar a sociedade para pressionar o Congresso a aprovar medidas que promovam justiça fiscal e melhores condições de trabalho.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou a postura da Esquerda, acusando-a de incoerência ao defender setores que antes teria atacado, como o agronegócio e o sistema Pix. Afirmou que integrantes do atual Governo, incluindo o Ministro Fernando Haddad (apelidado de "Taxad"), anteriormente buscaram taxar o Pix e desqualificaram o agro. Ironizou o reposicionamento da esquerda, afirmando que a população não sofre de "amnésia coletiva" e que as redes sociais mantêm registro das contradições. Finalizou dizendo que o povo brasileiro não será enganado por esse discurso.

Dr. Frederico (PRD - MG) - O Deputado invocou uma citação de Guimarães Rosa para conclamar os colegas conservadores a agirem com coragem em prol da nação, deixando de lado cálculos eleitorais. Elogiou o Deputado Eduardo Bolsonaro por ter exposto nos Estados Unidos problemas como censura, corrupção, alianças com organizações criminosas e suposta tirania no Brasil. Defendeu que o Parlamento assuma protagonismo nas negociações internacionais, especialmente frente à pressão econômica dos Estados Unidos, acusando o Governo Lula de ser ineficaz e diplomática e ideologicamente desacreditado. Por fim, propôs anistia ampla e irrestrita, retomada dos princípios do antigo artigo 19 do Marco Civil da Internet e ações para garantir eleições "limpas e auditáveis".

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada destacou a presença do Vereador Celso Giannazi e representantes do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (Sinesp) na Câmara, em mobilização pelos direitos dos servidores públicos. Na oportunidade, defendeu a gestão democrática, o projeto "Descongela" e se posicionou contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social. Por fim, também mencionou o debate sobre a reforma administrativa e elogiou as conquistas do Si em prol da educação paulistana.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado avaliou positivamente o semestre legislativo e elogiou os avanços do Governo Lula, destacando medidas como o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, do Governo Federal, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, isentando do Imposto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

de Renda quem recebe até 5 mil reais. Em seguida, criticou o silêncio da direita e extrema-direita diante das tarifas e ataques do Presidente Donald Trump ao Brasil, incluindo ameaças ao Pix e à Rua 25 de Março. Louvou a atuação do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que defende o Brasil e São Paulo, em contraste com a postura pró-Trump do Governador Tarcísio. Concluiu reafirmando apoio ao Governo Lula e à soberania nacional.

Lenir de Assis (PT - PR) - O Deputado destacou a realização do 22º Congresso Brasileiro de Sociologia, que ocorre na Universidade de São Paulo (USP) com o tema “O mundo contemporâneo desafia a Sociologia”. Defendeu o fortalecimento da disciplina no ensino básico e médio em todo o Brasil, ressaltando sua importância para compreender as dinâmicas e transformações sociais. Por fim, reafirmou o compromisso de lutar pela presença da Sociologia na educação brasileira.

Kim Kataguri (UNIÃO - SP) - O Deputado agradeceu ao Plenário pela aprovação unânime de proposição que relatou, o Projeto de Lei nº 9.348, de 2017, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para determinar alerta imediato em caso de desaparecimento de criança ou adolescente pelas empresas de telefonia e sites de redes sociais (Âmber Brasileiro); denominando esse tipo de notificação de “Alerta Pri”. Ressaltou que o projeto teve apoio da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e da Meta. Além disso, explicou que o nome homenageia Priscila Belfort, irmã desaparecida do lutador Vitor Belfort, que inspirou a iniciativa, baseada no modelo norte-americano Amber Alert. Por fim, lembrou que o objetivo é ajudar a localizar os mais de 40 mil desaparecidos anuais no Brasil.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada destacou a proposta do Presidente Lula que isenta do Imposto de Renda quem ganha até 5 mil reais e estabelece cobrança escalonada até 7.300 reais. Celebrou a medida como um avanço na justiça tributária e elogiou o engajamento popular na defesa da iniciativa. Também criticou a Extrema Direita por difundir desinformação sobre o Pix e denunciou a tentativa de associar falsamente o Governo Lula à taxa da ferramenta. Acusou aliados de Jair Bolsonaro de usarem o Pix para arrecadações pessoais enquanto apoiam ações que favorecem grandes bandeiras de cartão de crédito. Por fim, afirmou que os verdadeiros patriotas estão ao lado do atual Governo.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou a situação econômica do Brasil. Comparou o salário mínimo brasileiro com o de outros países da América do Sul e afirmou que o Brasil ocupa uma das piores posições, ficando atrás de nações como Paraguai, Uruguai, Peru, Equador e Colômbia, superando apenas a Venezuela. Ressaltou que, apesar de o Governo Bolsonaro ter mantido a menor média de juros desde Fernando Henrique



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Cardoso, o poder de compra da população continuou em queda. Concluiu que o discurso político não é suficiente para enfrentar o empobrecimento da população.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada criticou o uso político do Pix por setores do bolsonarismo, acusando a Direita de tentar taxar a ferramenta enquanto disseminava *fake news* contra o Presidente Lula. Afirmou que os verdadeiros patriotas estão ao lado da soberania nacional e associou esse posicionamento aos ideais de líderes como Leonel Brizola, João Goulart e Getúlio Vargas. Denunciou a atuação da Extrema Direita como antidemocrática e antinacional, e afirmou que o atual Governo enfrenta resistência de setores que nunca valorizaram o Brasil. Ao encerrar, defendeu o respeito ao Regimento da Câmara e criticou atitudes agressivas por parte de opositores.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado destacou indicadores econômicos positivos do Governo Lula, como o aumento do emprego, controle da inflação, crescimento do PIB e reajuste do salário mínimo, que sinalizaram uma retomada na divisão de renda. Também mencionou a aprovação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e a taxação dos mais ricos, medida que deve beneficiar cerca de 15 milhões de pessoas. Criticou a Extrema Direita por tentar deslegitimar essas ações e citou ameaças feitas por Jair Bolsonaro e seu filho, Deputado Eduardo Bolsonaro, que classificou como graves. Abordou ainda a expectativa em torno do julgamento de Bolsonaro pela tentativa de golpe e apontou o alinhamento da direita brasileira com interesses estrangeiros, representados por Donald Trump.

Pedro Westphalen (PP - RS) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 341, de 2025, que dispõe sobre a securitização das dívidas de produtores rurais cujos empreendimentos tenham sido impactados por eventos climáticos adversos a partir de 2021 e dá outras providências. Destacou a importância da proposta para oferecer previsibilidade e apoio aos produtores rurais do estado, que enfrentam dificuldades para adquirir insumos e combustível diante da crise climática e econômica. Informou que o relatório do projeto foi elaborado pelo Deputado Afonso Hamm e recebeu elogios por sua viabilidade. Pediu sensibilidade da Câmara para aprovar o texto e instou o Senado a dar continuidade à tramitação. Ressaltou que a iniciativa foi descrita como um socorro necessário e urgente aos agricultores gaúchos, sem pedidos de perdão de dívida, mas de prazo para que possam manter a produção.

Flávia Moraes (PDT - GO) - A Deputada registrou a realização de uma audiência pública no Município de Três Ranchos, em Goiás, promovida pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Informou que o encontro abordou os impactos da Resolução nº 194, que estabeleceu diretrizes para o controle do nível da água e o uso múltiplo dos recursos hídricos em diversos Municípios goianos. Destacou a participação do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Governo Federal e de representantes municipais, ressaltando os benefícios da medida para a gestão hídrica no Estado. Parabenizou o Prefeito Haroldinho Coelho e a equipe local pela organização do evento.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada registrou a presença da artista belo-horizontina Cissa Otoni na Câmara dos Deputados. Destacou a importância de valorizar a cultura e a presença do samba, da poesia, da fotografia e da arte nos espaços institucionais. Celebrou a trajetória de Cissa como sambista e multiartista, reafirmando o papel de Belo Horizonte (MG) na cena cultural brasileira. Encerrou sua fala desejando boas-vindas permanentes à arte no Parlamento.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado informou ter apresentado requerimento à Mesa Diretora da Câmara para a criação de uma Comissão Externa com o objetivo de acompanhar a devolução de valores referentes a saques indevidos nas contas de aposentados e pensionistas do INSS. Justificou o pedido com base em relatos colhidos no interior do Maranhão, onde beneficiários afirmaram receber valores menores do que os devidos. Defendeu que a Câmara atue na fiscalização e apoio à população afetada. Na mesma ocasião, parabenizou o Município de Imperatriz (MA), destacou sua importância estratégica para a região tocantina e lembrou sua relação pessoal e profissional com a cidade, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento local.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado celebrou a presença de movimentos populares no Auditório Nereu Ramos, que defenderam propostas como a redução da jornada de trabalho, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e a taxaço dos super-ricos. Destacou o avanço no debate sobre justiça tributária. Também comentou o andamento da ação penal sobre a tentativa de golpe, ressaltando a existência de uma trama coordenada para impedir a posse e o Governo do Presidente Lula. Defendeu os valores republicanos e a soberania nacional, criticando comportamentos de submissão política. Afirmou que a democracia resistiu e que deve prevalecer diante das ameaças enfrentadas.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a soberania nacional e criticou a atuação de Parlamentares que, segundo ela, articularam contra o Brasil no exterior. Denunciou tentativas de ingerência internacional, como a de Donald Trump, e defendeu a mobilização popular em resposta a essas ameaças. Destacou o lançamento de um plebiscito popular no Auditório Nereu Ramos, que tratou da taxaço das grandes fortunas e da jornada de trabalho na escala 6 por 1. Rejeitou o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente. Manifestou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

solidariedade aos familiares dos jovens falecidos a caminho de um congresso voltado à juventude e à justiça social.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado reafirmou seu papel como relator do Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2025, que susta os efeitos dos Decretos nº 12.466, de 22 de maio de 2025, e nº 12.467, de 23 de maio de 2025, que alteram o regime do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF. Afirmou que a decisão do Congresso deve prevalecer, aguardando o posicionamento do STF. Criticou o Governo Lula, responsabilizando-o pela atual crise econômica e pelas medidas de taxação impostas pelos Estados Unidos, e acusou a administração federal de se aliar a regimes totalitários e comunistas. Defendeu a redução de impostos e a manutenção da democracia brasileira, posicionando-se na oposição ao Governo e clamando pelo afastamento do Presidente Lula.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou a comparação entre Vargas e o Presidente Lula, ressaltando que Vargas manteve alinhamento com os Estados Unidos e adotou um modelo pragmático e centralizador. Destacou que Vargas nunca expôs o Brasil a conflitos políticos como o atual Governo, e alertou para os riscos da atual política de taxação que prejudica as relações com os EUA, maior economia do mundo. Também apontou que, apesar da discussão sobre isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, o salário mínimo brasileiro é o segundo mais baixo da América do Sul, atrás apenas da Venezuela, o que compromete o poder aquisitivo da população diante da inflação.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado contestou a afirmação de Luiz Lima sobre a relação de Getúlio Vargas com os Estados Unidos, destacando que o ex-presidente teve confrontos históricos com o país. Citou a carta-testamento de Vargas, na qual ele denuncia forças imperialistas que dificultaram a criação da Eletrobras e da Petrobras, e ressaltou a campanha nacionalista “O Petróleo é Nosso” como exemplo da resistência contra interesses estrangeiros. Enfatizou que Vargas adotou uma postura de defesa dos interesses nacionais, o que gerou forte oposição da Direita durante seu Governo eleito em 1951. Reforçou o legado de Vargas como líder comprometido com a soberania do Brasil.

Nitinho (PSD - SE) - O Deputado defendeu os corretores de imóveis e destacar a importância do setor para o País. Reconheceu o esforço do Governo Federal no programa Minha Casa, Minha Vida, mas alertou para problemas na liberação de recursos e na burocracia envolvendo laudos e transações financeiras, especialmente na Faixa 2 de crédito para imóveis usados. Pediu maior atenção do Ministério das Cidades para acelerar a liberação dos recursos e garantiu apoio à categoria que enfrenta dificuldades. Também solicitou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

informações sobre os investimentos previstos para o próximo ano no programa de imóveis usados. Agradeceu ao Governador, aos colegas parlamentares e ao eleitorado de Sergipe pela confiança durante seu mandato.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado destacou a importância das Forças Armadas brasileiras ao celebrar os 80 anos do regresso dos militares que combateram na Segunda Guerra Mundial. Ressaltou a relevância da soberania e da qualificação das Forças para a proteção do povo. Mencionou a medida provisória que prevê reajuste salarial de 9% para os militares, considerada insuficiente diante da evasão crescente em todas as forças. Apontou ainda a atuação das Forças Armadas em serviços sociais, como o hospital de campanha em São José da Lapa (MG), que realizou milhares de atendimentos em áreas com acesso limitado do Estado. Concluiu pedindo maior valorização dos militares, enfatizando seu papel fundamental para o País, além da defesa da soberania.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado criticou o Presidente Lula por suas declarações sobre a resposta aos Estados Unidos diante das tarifas impostas, usando a expressão gaúcha “se acadou” para descrever a mudança de postura do Governo. Também atacou o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que enviou carta aos EUA, e acusou ministros do Supremo Tribunal Federal de exercerem poder acima do Congresso eleito. Denunciou a atuação de robôs nas redes sociais para promover a imagem de democracia no Brasil, afirmando que esses recursos desviam verbas essenciais para saúde, educação e infraestrutura. Encerrou afirmando que, após o recesso, a situação do país tende a piorar sob o Governo Lula.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado Alberto Fraga criticou Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Destacou a retirada da proposta inicial que centralizava o Plano Nacional de Segurança Pública no Governo Federal, defendendo a manutenção do pacto federativo. Afirmou que a Comissão Especial deverá reformular o texto para oferecer uma solução real à segurança pública. Também questionou a proposta do Ministro Lewandowski, que ampliaria os poderes da Polícia Federal e estenderia as atribuições da Polícia Rodoviária, cujo efetivo já é insuficiente para suas funções atuais. Informou que o Governo Federal não apresentou uma resposta adequada aos desafios da segurança no País.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado destacou a lentidão nas atividades da Câmara na última sessão do semestre legislativo, marcada por atraso na Ordem do Dia e pauta extensa. Comentou pesquisa que indicou apoio majoritário à postura do Presidente Lula diante das recentes tensões comerciais, observando que o bolsonarismo tem fortalecido indiretamente o Governo. Expressou expectativa de que Lula vete o Projeto de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Lei Complementar nº 177, de 2023, que fixa o número de Deputados Federais; estabelece normas para a distribuição das vagas da Câmara dos Deputados entre os Estados e o Distrito Federal; e revoga a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993. Também abordou o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente. Ressaltou a necessidade de priorizar o cuidado ambiental e o princípio da precaução e afirmou que vai lutar para impedir a aprovação do projeto.

Henderson Pinto (MDB - PA) - O Deputado destacou as desigualdades regionais que ainda persistem no Brasil, especialmente na Amazônia Legal, onde o Pará e o Maranhão concentram o maior número de obras paradas. Ressaltou que os custos para implementar políticas públicas na região são significativamente maiores, conceito conhecido como “custo amazônico”. Defendeu dobrar o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para os municípios da Amazônia Legal, buscando promover a equidade no País. Enfatizou a diferença entre igualdade e equidade e pediu o apoio dos colegas para avançar no debate e garantir justiça para a região amazônica. Finalizou convocando união entre os parlamentares para defender o municipalismo e o desenvolvimento da Amazônia.

Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ) - A Deputada destacou a importância do plebiscito popular realizado no Auditório Nereu Ramos, que propôs a redução da jornada de trabalho na escala 6 por 1, visando melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, especialmente da categoria da enfermagem, majoritariamente composta por mulheres. Ressaltou que essa jornada atual compromete o convívio familiar e o descanso, e defendeu a redução sem perda salarial. Também abordou a necessidade de reformar o sistema tributário, apontando a injustiça de os mais pobres pagarem proporcionalmente mais, enquanto bilionários, bancos e apostas permanecem isentos. Informou que o plebiscito busca ampliar a participação popular para assegurar direitos e promover justiça social.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado manifestou repúdio às declarações do Vice-Presidente da Rede TV!, Marcelo de Carvalho, que compartilhou e depois retirou um *twitter* no qual associava um assalto ocorrido em Barcelona a uma pessoa de aparência africana. Destacou que essa associação reforça estigmas e revela o racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Ressaltou a necessidade de combater o racismo, especialmente quando ele se manifesta de forma tão explícita e contribui para a perpetuação de preconceitos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Zucco (PL - RS) - O Deputado destacou a urgência da votação do Projeto de Lei nº 341, de 2025, que dispõe sobre a securitização das dívidas de produtores rurais cujos empreendimentos tenham sido impactados por eventos climáticos adversos a partir de 2021 e dá outras providências. Ressaltou o apelo de milhares de gaúchos por respeito e apoio à categoria do agro, e elogiou o trabalho do Relator, Deputado Afonso Hamm, e da bancada gaúcha, que inclui Deputados Pedro Westphalen, Marcelo Moraes e o Senador Heinze. Informou que o Presidente da Câmara, Deputado Pompeo de Mattos, que é coautor do projeto, reforçou a importância da iniciativa e afirmou que um grupo plural de parlamentares gaúchos está empenhado em pautar e votar a proposta para garantir o socorro necessário aos agricultores, lavradores e plantadores da região.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente. Classificou o projeto como um retrocesso civilizatório que flexibiliza regras essenciais da proteção ambiental garantidas pela Constituição de 1988. Destacou que o projeto torna o licenciamento autodeclaratório para pequenos e médios empreendimentos e cria um Licenciamento Ambiental Especial para grandes empreendimentos, como a exploração de petróleo na Amazônia. Alertou para o risco de aumento do desmatamento, grilagem e emissões de gases de efeito estufa, além da desvinculação do licenciamento da outorga para uso da água. Defendeu a reestruturação do Ibama e a necessidade de respeitar o princípio da precaução, considerando o Brasil como uma superpotência ambiental.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado avaliou que a crise entre Brasil e Estados Unidos, marcada pela imposição de tarifas de 50% sobre produtos brasileiros, revelou falhas diplomáticas do Governo brasileiro. Apontou a ausência de diálogo entre os dois países e a influência de tensões ideológicas como fatores que agravaram a situação. Ressaltou que, apesar das divergências políticas, o interesse nacional deve prevalecer, priorizando negociações técnicas para reduzir as tarifas e proteger a indústria e o agronegócio. Citou o exemplo do Canadá, que adotou uma estratégia integrada de diplomacia e articulação política para reverter medidas americanas. Destacou a importância da diplomacia profissional para restabelecer o diálogo comercial e conclamou o Governo a agir com responsabilidade e competência nas negociações bilaterais.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada solicitou ao Presidente da Câmara, Hugo Motta, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 7.323, de 2014, que altera o artigo 282, do Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para incluir o exercício ilegal da profissão de médico veterinário dentre as hipóteses de crime tipificadas no Código Penal em vigor. Destacou que o projeto tipifica como crime o exercício ilegal da profissão de médico veterinário, tema apoiado pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária. Informou que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

a aprovação da proposta é fundamental para proteger a saúde dos animais e a saúde pública no Brasil, diante dos riscos causados pela prática ilegal da medicina veterinária. Ressaltou a urgência da pauta e reforçou a importância de tratar o assunto no Legislativo.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou o Governo Lula, destacando gastos elevados e endividamento que aumentam a vulnerabilidade fiscal do País. Apontou a política econômica como frágil, com inflação alta, câmbio desvalorizado e juros elevados, além de medidas reativas sem coordenação clara. Também mencionou o populismo internacional e a tensão criada pela falta de diálogo entre Executivo e Congresso, citando a rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2025, que susta os efeitos dos Decretos nº 12.466, de 22 de maio de 2025, e nº 12.467, de 23 de maio de 2025, que alteram o regime do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF. Criticou a judicialização da política, com partidos recorrendo ao Supremo Tribunal Federal em decisões políticas, e afirmou que o Senado é responsável por ações contra essa situação, como processos de *impeachment*. Finalizou alertando para a necessidade de reação do Congresso, sob risco de crise institucional.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado defendeu a alteração dos artigos 53 e 55 da Constituição Federal para proteger as prerrogativas parlamentares e o processo de cassação de Deputados e Senadores. Questionou a possibilidade de substituição de sete Parlamentares eleitos em 2022, argumentando que as regras vigentes na época das eleições devem ser respeitadas durante o mandato. Pediu que a decisão final sobre cassações fique a cargo do Plenário da Câmara dos Deputados. Ressaltou a necessidade de modificar urgentemente esses dispositivos constitucionais para garantir segurança jurídica e preservar a legitimidade do voto popular no Congresso Nacional.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado manifestou preocupação com os impactos ambientais e sociais causados pela mineradora Braskem em Alagoas, ressaltando que mais de 60 mil pessoas ainda sofrem as consequências desse crime. Denunciou a influência política da empresa e a devastação causada em comunidades locais, incluindo a perda de vidas e patrimônios. Fez um apelo para que o Relator do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente, exclua a mineração da lei geral, defendendo a retomada do trecho que prevê regulamentação específica para empreendimentos minerários de grande porte ou alto risco. Informou que essa medida é essencial para evitar novas tragédias como Mariana (MG), Brumadinho (MG) e Maceió (MG), garantindo uma mineração mais segura e proteção à vida, ao meio ambiente e ao patrimônio das pessoas afetadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Delegada Katarina (PSD - SE) - A Deputada comemorou a aprovação da Proposta de emenda à Constituição nº 66, de 2023, que Institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. Ressaltou as dificuldades enfrentadas pelas administrações locais ao lidar com dívidas judiciais e previdenciárias que comprometem a prestação de serviços essenciais. Defendeu que a PEC não representa calote aos credores, mas sim uma forma mais responsável de gerir os recursos públicos, garantindo que os pagamentos sejam feitos de maneira justa. Agradeceu a todos os envolvidos na aprovação da proposta, afirmando que a medida permitirá que gestores municipais e estaduais foquem no bem-estar da população.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou a política tarifária dos Estados Unidos, destacando que 72% da população rejeitou as medidas, que afetaram o emprego e a inflação no Brasil. Apontou que a tentativa de responsabilizar o Presidente Lula pela crise é equivocada e enfatizou o apoio popular à taxação dos super-ricos, conforme pesquisa Quaest. Informou que a maioria dos parlamentares aprovou desonerações para quem ganha até R\$ 7.350 e aumentos para os mais ricos, com exceção dos partidos PL e NOVO. Defendeu avanços na justiça fiscal e social, afirmando que a rejeição às políticas que favorecem bancos e bilionários contribuiu para o crescimento da popularidade do Presidente Lula e sua posição como favorito para as eleições de 2026.

Beto Pereira (PSDB - MS) - O Deputado registrou a presença do Promotor de Justiça Quirino, de Bataguassu (MS), do Prefeito Rafael, de Anaurilândia (MS), da Primeira-Dama de Santa Rita do Pardo (MS) e da Prefeita Wanderleia, também de Bataguassu. Assinalou que acompanhavam dois projetos relevantes para o Estado de Mato Grosso do Sul: o Projeto Piracema, voltado à educação ambiental, e o Bombeiros do Amanhã. Acrescentou ainda que crianças participantes tiveram a oportunidade de conhecer o Plenário da Câmara dos Deputados.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada destacou o Julho Verde, mês de conscientização sobre o câncer de cabeça e pescoço, e homenageou a equipe do Centro de Prevenção de Câncer do Hospital de Amor, em Ji-Paraná (RO), por quase cinco anos de atuação exemplar na prevenção do câncer de boca. Ressaltou que, somente em 2025, 1.352 pacientes foram atendidos, com 32 biópsias realizadas e 15 casos positivados. Enalteceu também o trabalho da Dra. Viviane e sua equipe, mencionou a atuação da unidade móvel em Vilhena (RO) e reforçou a importância da prevenção diante de um dos tipos de câncer que mais mata no mundo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ) - A Deputada denunciou episódios recorrentes de racismo estrutural na Câmara dos Deputados, afirmando que essa prática tem se manifestado por meio de abordagens discriminatórias, especialmente por parte de seguranças e funcionários, que exigem identificação antes mesmo de reconhecerem o broche parlamentar. Assinalou que a situação é reincidente e, por isso, decidiu registrar e relatar os casos ao Presidente da Casa. Propôs a realização de programas de formação sobre racismo estrutural, com a participação do movimento negro, voltados a servidores e seguranças. Reforçou ainda o compromisso de continuar denunciando e declarou que não se calará diante das injustiças.

Orlando Silva (PCdoB - SP) - O Deputado relatou a realização de um ato no Auditório Nereu Ramos, que reuniu representantes de movimentos sociais, sindicatos e da sociedade civil, articulados pelas frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, além de dezenas de Deputados, Deputadas e Senadores. Informou que o evento teve como objetivo promover a mobilização nacional em favor do plebiscito popular pelo fim da escala 6 por 1 e pela taxação dos super-ricos. Destacou o plebiscito como instrumento pedagógico para conscientizar a população sobre a necessidade de justiça tributária e da redução da jornada de trabalho sem perda de direitos. Por fim, lembrou experiências anteriores, como os plebiscitos contra a Alca e a privatização da Vale do Rio Doce, e afirmou que a iniciativa atual pode fortalecer o Congresso Nacional na construção de um sistema mais justo.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado saudou a presença do Deputado Estadual Delegado Caravina, de Mato Grosso do Sul, e de Marcelo Bertoni, Presidente do Sistema Famasul, destacando dois projetos voltados à formação de crianças. Informou que o primeiro projeto, Bombeiros do Amanhã, promove valores e códigos de honra da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros; já o segundo, Piracema, atua na área da sustentabilidade ambiental e envolve os Municípios de Bataguassu (MS), Santa Rita (MS) e Anaurilândia (MS). Parabenizou o Deputado Caravina pelo incentivo às futuras gerações e pela valorização da educação ambiental e cidadã.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado condenou o que classificou como julgamento político contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro, afirmando que a ação representa um atentado à democracia brasileira. Assinalou que o processo é ilegal, imoral e inconstitucional, oriundo de buscas arbitrárias, e criticou a atuação da Suprema Corte que estaria agindo como “ditadura da toga” ao desrespeitar a Constituição e os demais Poderes. Declarou ainda que há Parlamentares temerosos de se manifestar publicamente, o que evidencia a ausência de um regime democrático. Também criticou a imprensa e a base do Governo por aceitarem o que chamou de estado de exceção. Por fim, manifestou solidariedade a Bolsonaro diante do que considera perseguição do Estado brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado defendeu a atuação dos policiais legislativos, após ouvir crítica dirigida a um deles por uma Deputada da Esquerda. Relatou já ter sido abordado em diversas ocasiões, inclusive dentro da Câmara e em aeroportos, sem se sentir constrangido, ressaltando que tais abordagens fazem parte da rotina de segurança. Declarou ainda não acreditar que a cor da pele tenha motivado a ação contra a Deputada e afirmou que policiais, em geral, enfrentam resistência, mas são fundamentais à segurança. Por fim, expressou solidariedade aos policiais legislativos pelo trabalho desempenhado na proteção dos Parlamentares e das instalações da Casa.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado registrou a presença do escritor Alcy Cheuiche na Câmara dos Deputados, destacando sua origem em Alegrete (RS) e sua trajetória como um dos maiores escritores do Brasil. Informou que participaram de audiência no Ministério da Defesa e ressaltou a relevância de Cheuiche na promoção da cultura, da tradição e de valores fundamentais do Rio Grande do Sul e do País.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado solicitou ao Presidente da Câmara, Deputado Hugo Motta, a retirada de pauta do Projeto de Lei (PL) nº 2.159, de 2021, sobre o licenciamento ambiental. Argumentou que o texto, como apresentado, enfraquece a atuação federal no processo de licenciamento e transfere aos Estados a responsabilidade, o que pode provocar uma nova “guerra ambiental e fiscal”, semelhante à que ocorreu com o ICMS. Dirigiu-se à Frente Parlamentar da Agropecuária, questionando a coerência de apoiar uma proposta que pode ampliar o desmatamento, justamente no momento em que o Brasil será pressionado internacionalmente, inclusive por lideranças como Donald Trump, por sua responsabilidade ambiental. Por fim, declarou que a aprovação do PL poderá comprometer o acesso a novos mercados e enfraquecer a imagem da agropecuária brasileira.

Kim Katagiri (UNIÃO - SP) - O Deputado apresentou questão de ordem com base nos arts. 137 e 41 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, contestando a recusa da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em receber e numerar requerimento de sua autoria, protocolado em 1º de julho, que solicitava a convocação do Advogado-Geral da União, Jorge Messias. Argumentou que a decisão da Secretaria da Comissão, ao declarar que o mérito não se enquadrava no campo temático e, por isso, não numerar o documento, foi antirregimental e contrária às normas de transparência do processo legislativo. Sustentou ainda que, mesmo em casos de devolução, o requerimento deve ser numerado e registrado, garantindo o direito do autor de recorrer ao Plenário da Comissão. Por fim, Reforçou que não há previsão regimental para o não recebimento de proposições e pediu que a Presidência da Câmara assegurasse a tramitação do requerimento e o direito de recurso, a fim de evitar excessos e fortalecer os colegiados da Casa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Prof. Reginaldo Veras (PV - DF) - O Deputado destacou que o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, conhecido como "PL da Devastação" representa um retrocesso ambiental ao enfraquecer o sistema de licenciamento e fiscalização. Explicou que a proposta revoga dispositivos importantes da Lei dos Crimes Ambientais e da legislação costeira, além de dispensar licenças para atividades de médio impacto ambiental, como barragens, e flexibilizar regras para setores como agropecuária e mineração. Alertou sobre os riscos de institucionalizar a degradação ambiental, lembrando tragédias como Mariana (MG) e Brumadinho (MG), que poderiam ter sido evitadas com processos de licenciamento mais rigorosos. Argumentou ainda que o PL coloca em risco a credibilidade internacional do Brasil, podendo afetar acordos comerciais e investimentos, em contradição com os compromissos assumidos no Acordo de Paris. Por fim, defendeu o licenciamento ambiental como um instrumento essencial para o desenvolvimento sustentável, garantindo segurança jurídica e prevenção de danos.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado reafirmou sua posição contra aumentos de impostos para a população de baixa renda, declarando só apoiar taxação adicional para os super-ricos. Informou que apresentou projeto de lei para isentar do Imposto de Renda portadores de psoríase, doença crônica da pele, argumentando que os recursos economizados devem ser direcionados para tratamento médico. Destacou ainda que a proposta foi inspirada por relatos de médicos e cidadãos afetados pela doença. Concluiu reforçando seu compromisso com medidas que aliviem a carga tributária dos mais necessitados, especialmente em casos de graves condições de saúde, mantendo coerência com sua atuação parlamentar em defesa das camadas mais vulneráveis da população.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado manifestou apoio aos Correios e seus trabalhadores, celebrando a vitória contra a privatização. Reafirmou confiança no Presidente Lula para nomear um novo dirigente capaz de preservar a instituição, destacando seu papel social e histórico no País. Lembrou ainda ações dos Correios durante a crise no Rio Grande do Sul e seu atendimento em comunidades carentes, contrastando com o interesse de empresas privadas por lucro. Alertou sobre a importância de manter a empresa pública e a mobilização dos trabalhadores. Concluiu com um apelo pela união em defesa dos Correios e seus funcionários, reafirmando seu compromisso com a causa.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado criticou as ações de Donald Trump, comparando-o a Hitler por tentar interferir em assuntos internos do Brasil, incluindo sua defesa de Bolsonaro e a imposição de tarifas abusivas sobre produtos brasileiros. Classificou as medidas como chantagem e violação da soberania nacional, defendendo que o Brasil não aceitará pressões externas. Mencionou ainda a Lei da Reciprocidade Econômica como instrumento legítimo de resposta a agressões comerciais injustas. Por fim, reafirmou o compromisso do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Presidente Lula com a independência nacional, os direitos humanos e a justiça social, encerrando com um repúdio claro à influência de Trump: *"Aqui você não manda!"*.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada celebrou a aprovação, na Comissão Especial, do relatório do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que isenta do Imposto de Renda quem ganha até 5 mil reais e reduz tributos para rendas de até 7.350 reais, destacando-o como avanço na justiça tributária. Criticou os partidos PL e NOVO por tentarem manter taxaçoão irrisória (10%) para rendas anuais de até 1,2 milhão de reais, posição que classificou como alinhamento às elites. Ressaltou ainda que a pressão popular foi decisiva para a aprovação e reforçou o compromisso de ampliar a taxaçoão sobre os mais ricos no Plenário, em sintonia com a demanda por medidas progressivas como a taxaçoão de grandes fortunas.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado saudou o Presidente da sessão e os demais colegas, destacando o trabalho da Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional, que busca afirmar a independência do Brasil como nação continental e rica em recursos. Criticou a tentativa de interferência externa no Poder Judiciário brasileiro, especialmente por parte do Presidente dos Estados Unidos, rejeitando qualquer forma de subserviência a interesses estrangeiros. Defendeu que a soberania nacional deve ser fortalecida através de políticas públicas promotoras de vida, com ênfase especial na educação de qualidade como pilar fundamental para o projeto nacional. Concluiu ressaltando a importância de resgatar a memória e a cultura brasileiras para consolidar a autonomia do País no cenário internacional, assegurando que o Brasil seja dono de seu próprio destino.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado criticou o Projeto de Lei (PL) nº 2.159, de 2021, sobre o licenciamento ambiental, que retornou do Senado com alterações consideradas prejudiciais. Alertou para os riscos de três mudanças principais: tirar o licenciamento ambiental para mineração do controle do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), criar licenciamentos especiais sujeitos a pressões políticas e permitir que empresas façam autolicensing. Lembrou ainda as tragédias de Mariana (MG) e Brumadinho (MG) como exemplos dos perigos de afrouxar as regras ambientais. Argumentou também que essas mudanças anulariam os avanços conquistados após os desastres e transformariam o Congresso em "inimigo do meio ambiente". Concluiu com um apelo contra a votação do PL neste formato, por representar um retrocesso ambiental perigoso para o País.

Newton Cardoso Jr (MDB - MG) - O Deputado destacou a importância da discussão sobre Projeto de Lei (PL) nº 2.159, de 2021, referente ao licenciamento ambiental, concordando com os alertas sobre os licenciamentos para o setor mineral. Defendeu que o Partido dos Trabalhadores (PT) apresentasse destaques



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

ao PL. Argumentou ainda que o licenciamento não pode ser completamente travado, pois isso prejudica a geração de empregos e investimentos, especialmente no setor agrícola. Em seguida, celebrou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que estabelece regras claras para pagamento de precatórios pelos Municípios, solucionando um problema crônico que limitava os investimentos em infraestrutura local. Reconheceu o trabalho do relator, Deputado Baleia Rossi, e parabenizou sua recondução à Presidência do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), destacando a unidade partidária.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou o Projeto de Lei (PL) nº 2.159, de 2021, sobre licenciamento ambiental, denominando-o "PL da Devastação". Ressaltou especialmente as medidas que permitiriam licenciamentos especiais baseados em interesses políticos, autolicensing por empresas e redução do papel do Conama no processo. Alertou ainda que essas mudanças desconsideram as lições das tragédias de Mariana (MG) e Brumadinho (MG), colocando vidas em risco. Além disso, argumentou que o PL representa um ataque frontal ao meio ambiente, incluindo a revogação de proteções da Lei da Mata Atlântica, criticando a incoerência de quem defende a produção agrícola sem considerar a necessidade de preservação ambiental. Concluiu fazendo um paralelo entre a postura dos defensores do projeto e a resistência em taxar grandes fortunas, sugerindo que ambos refletem a mesma mentalidade de privilegiar interesses econômicos em detrimento do bem comum.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada comunicou ao Presidente da Câmara os resultados de uma negociação, conduzida por um grupo de Deputados por determinação da Presidência, com a Ministra Esther Dweck. Informou que o objetivo era tratar o reajuste salarial de médicos e médicos-veterinários das instituições de ensino do País. Ressaltou que a negociação resultou em um aumento de 9,521%, acima dos 4,5% inicialmente previstos, equiparando os valores aos de outras categorias do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). Destacou, ainda, que o reajuste foi incluído na proposta da próxima Lei Orçamentária Anual (LOA), com vigência a partir de abril do ano seguinte. Por fim, informou também que não houve avanço quanto aos steps, mas foi garantido um percentual de 3,9% referente a essa progressão.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada manifestou posição contrária à retirada da obstrução parlamentar, em resposta ao apelo do Presidente da sessão para a aceleração da pauta. Argumentou que, conforme previamente debatido no Colégio de Líderes, o Projeto de Lei (PL) nº 2.159, de 2021, referente ao licenciamento ambiental, enfrenta oposição por parte de sua bancada. Assegurou que, enquanto essa matéria permanecer na pauta, manterão o uso dos instrumentos regimentais de obstrução. Por fim, sugeriu que a exclusão do PL possibilitaria a realização de votações mais céleres.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL) - O Deputado avaliou como sensata a proposta do Presidente da sessão, em razão da pluralidade da pauta, e relatou as articulações que vinha realizando com outros Líderes e com o Governo. Assinalou que a retirada ou inclusão de matérias sem consenso inviabilizaria o esforço concentrado. Apontou ainda a possibilidade de iniciar pelos temas menos controversos, reconhecendo a divisão do Governo quanto ao Projeto de Lei (PL) nº 2.159, de 2021, referente ao licenciamento ambiental, e mencionando outras matérias sensíveis, como o PL nº 3.181, de 2025, sobre a reestruturação do STJ, cuja oposição do Partido Novo era previsível. Defendeu a continuidade do diálogo entre Governo e Oposição para que se alcance um desfecho positivo neste possível último dia do semestre legislativo.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada defendeu a produtividade da Câmara no encerramento do semestre legislativo, mas criticou a presença de projetos considerados graves na pauta, com destaque para o Projeto de Lei (PL) nº 2.159, de 2021, sobre o licenciamento ambiental. Assinalou que, embora a proposta atenda à Frente Parlamentar da Agropecuária, ela divide até o próprio setor produtivo, diante do risco de judicialização e das supostas inconstitucionalidades do texto. Em razão disso, informou que sua bancada adotaria a obstrução como estratégia regimental. Por fim, reiterou abertura ao diálogo, porém condicionou qualquer avanço a uma negociação que envolva o adiamento do PL para permitir debate mais aprofundado.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado defendeu a manutenção Projeto de Lei (PL) nº 2.159, de 2021, sobre o licenciamento ambiental, na pauta, classificando-o como o mais relevante entre as matérias em discussão. Assinalou que o PL já havia sido aprovado na Câmara, enviado ao Senado e retornava para nova apreciação. Por fim, reafirmou sua importância para o Brasil e manifestou confiança na superação da obstrução e na aprovação por meio do voto.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado criticou a postura do Governo em relação à pauta da Câmara dos Deputados, após a aprovação em dois turnos de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de interesse governamental. Destacou que o Parlamento é uma Casa plural e que cabe ao Presidente da Câmara equilibrar os interesses. Manifestou ainda surpresa diante da falta de disposição do Governo em negociar matérias relevantes, como o Projeto de Lei (PL) nº 2.159, de 2021, sobre o licenciamento ambiental. Relembrou que sua bancada já havia flexibilizado a obstrução em relação a projetos de seu interesse, atendendo ao apelo da Mesa, mas questionou a inflexibilidade do Governo.

Pedro Lupion (PP - PR) - O Deputado defendeu a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e o Projeto de Lei (PL) nº 2.159, de 2021, sobre o licenciamento ambiental, ressaltando sua aprovação no Senado com ampla maioria e apoio de Ministros do Governo. Apontou que o PL é fundamental para destravar obras de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

infraestrutura e promover o desenvolvimento do País. Por fim, criticou a oposição sistemática ao projeto e solicitou ao Presidente que leve a matéria à votação.

ORDEM DO DIA

Doutor Luizinho (PP - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 785, de 2024, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, a ser regulamentado em provimento do Conselho Federal de Medicina, como requisito para o registro de médicos nos Conselhos Regionais de Medicina e para o exercício da profissão médica.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 785, de 2024, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, a ser regulamentado em provimento do Conselho Federal de Medicina, como requisito para o registro de médicos nos Conselhos Regionais de Medicina e para o exercício da profissão médica.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 785, de 2024, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, a ser regulamentado em provimento do Conselho Federal de Medicina, como requisito para o registro de médicos nos Conselhos Regionais de Medicina e para o exercício da profissão médica.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 785, de 2024, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, a ser regulamentado em provimento do Conselho Federal de Medicina, como requisito para o registro de médicos nos Conselhos Regionais de Medicina e para o exercício da profissão médica.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 785, de 2024, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, a ser regulamentado em provimento do Conselho Federal de Medicina, como requisito para o registro de médicos nos Conselhos Regionais de Medicina e para o exercício da profissão médica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 785, de 2024, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, a ser regulamentado em provimento do Conselho Federal de Medicina, como requisito para o registro de médicos nos Conselhos Regionais de Medicina e para o exercício da profissão médica.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 785, de 2024, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, a ser regulamentado em provimento do Conselho Federal de Medicina, como requisito para o registro de médicos nos Conselhos Regionais de Medicina e para o exercício da profissão médica. Além, disso solicitou à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para ter discernimento quanto taxação do Governo Trump aos produtos nacionais.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 785, de 2024, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, a ser regulamentado em provimento do Conselho Federal de Medicina, como requisito para o registro de médicos nos Conselhos Regionais de Medicina e para o exercício da profissão médica.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 785, de 2024, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina, a ser regulamentado em provimento do Conselho Federal de Medicina, como requisito para o registro de médicos nos Conselhos Regionais de Medicina e para o exercício da profissão médica.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.205, de 2022, que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências, para estabelecer que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do PNAE deverão ser entregues pelos contratados no prazo de validade igual ou inferior à metade do tempo total de validade dos referidos alimentos.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 754, de 2021, que estabelece isenção, anistia e remissão de créditos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

tributários de responsabilidade de APAEs, Associações Pestalozzi e demais entidades beneficentes de assistência social que abriguem idosos e pessoas com deficiência.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 754, de 2021, que estabelece isenção, anistia e remissão de créditos tributários de responsabilidade de APAEs, Associações Pestalozzi e demais entidades beneficentes de assistência social que abriguem idosos e pessoas com deficiência. Além disso, destacou a relevância da criação da Comissão Especial da PEC da Segurança e fez um apelo aos Líderes partidários para que indiquem Parlamentares com atuação na área de segurança pública. Ressaltou ainda que o Brasil vive um cenário caótico de violência, especialmente nos Estados do Nordeste, e defendeu que o texto da proposta seja aprimorado com a participação de especialistas no tema.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Tabata Amaral (PSB - SP) - A Deputada defendeu a ampliação da licença-paternidade como um direito não apenas do pai, mas também da mãe e da criança, destacando a urgência de corrigir uma lacuna legislativa que persiste desde a Constituinte de 1988. Lembrou que a atual licença-paternidade no Brasil é mais curta do que o carnaval e ressaltou que o impacto financeiro do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, é mínimo, inferior a 0,05% do PIB.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal. Além disso, abordou o uso de recursos públicos pela Secretaria de Comunicação e pelo Ministério das Comunicações para financiar um “gabinete do ódio” ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), responsável por ataques a Parlamentares, ao Congresso e à Oposição. Reforçou a necessidade de instalação de uma CPI para investigar a origem desses ataques e afirmou que a responsabilidade é do Palácio do Planalto.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada apresentou questão de ordem com base no art. 192, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, questionando a ausência de orientação para encaminhamento favorável e contrário ao requerimento de urgência. Criticou o Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, que permitiria a desapropriação de ocupações em terras improdutivas sem decisão judicial. Assinalou que o PL afronta a Constituição, ignora a função social da terra e agrava a concentração fundiária no País, onde 1% dos proprietários detém quase metade do território. Por fim, enfatizou a necessidade de cumprir o Regimento e garantir o direito ao contraditório, diante de matéria que divide a Câmara e a sociedade brasileira.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada apresentou questão de ordem com base no art. 192, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, contestando a decisão da Presidência de não permitir que os Líderes orientassem suas bancadas durante a votação. Defendeu que tanto o encaminhamento quanto a orientação são partes integrantes do processo legislativo e prerrogativas das Lideranças. Argumentou que foi impedida de manifestar apoio, em nome da Federação, da Maioria e do Governo, ao Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que amplia a licença-paternidade, medida que valoriza a educação compartilhada e assegura direitos constitucionais de crianças e adolescentes, prioridade absoluta no País. Por fim, reiterou que o Regimento deve ser respeitado, impedindo decisões unilaterais que suprimam direitos parlamentares.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada. Além disso, defendeu o PL como essencial para assegurar a paz no campo, ao garantir que proprietários de imóveis rurais possam requisitar a atuação da polícia, mediante apresentação da escritura, em casos de invasão. Assinalou que o direito de propriedade, conquistado com esforço e dedicação, deve ser protegido pelo Estado. Criticou ainda a postura do atual Governo, ao acusá-lo de apoiar invasores e fomentar conflitos no campo.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada. Além disso, o criticou o discurso dos defensores do PL, ao argumentar que a proposta não promoveria a paz no campo, mas sim o aumento da violência, ao desconsiderar o devido processo legal. Assinalou que muitas ocupações revelam práticas ilegais, como grilagem, crime ambiental e trabalho escravo, o que deveria resultar em desapropriação para fins de reforma agrária. Resgatou a história de concentração fundiária no País desde a Lei de Terras de 1850 e declarou apoio ao MST, destacando sua produção agroecológica e papel na segurança alimentar. Por fim, afirmou que lutar por reforma agrária é legítimo e urgente.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados comunicou aos Líderes partidários que, diante das cobranças pelo cumprimento do Regimento Interno, adotaria rigor na condução dos trabalhos, vedando prorrogações de tempo e restringindo falas apenas aos autorizados. Anunciou que o tempo de orientação será limitado a 1 minuto por Líder, sem extensão, assim como o tempo de encaminhamento. Reforçou ainda que o Regimento deve ser aplicado integralmente, sem parcialidade, especialmente em momentos de tensão no Plenário. Por fim, informou que, caso o partido não oriente no momento designado, a orientação será considerada ao final, e na ausência de manifestação, a votação seguirá conforme previsto no Regimento.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Nilton Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Pedro Lupion (PP - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Adolfo Viana (PSDB - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada criticou o Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, ao declarar que a proposta afronta a Constituição e o Estado Democrático de Direito. Ressaltou que a legislação já permite a reintegração de posse mediante decisão judicial e apontou que o projeto busca autorizar o uso da força policial sem ordem judicial, desconsiderando se a terra é produtiva, se cumpre sua função social ou se está sobreposta a territórios indígenas. Por fim, assinalou que a Constituição garante o direito à ocupação de terras improdutivas e classificou o PL como inconstitucional, imoral e absurdo.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Camila Jara (PT - MS) - A Deputada afirmou que setores da Direita desejam legislar em desacordo com a Constituição, a qual assegura o direito à propriedade privada desde que cumprida sua função social. Relatou com orgulho sua origem em uma família de agricultores familiares oriundos da luta pela terra, ressaltando que, após a reforma agrária, terras antes improdutivas passaram a sustentar famílias e Municípios. Rejeitou o Projeto de Lei nº 8.262, de 2017, por entender que a terra deve ser destinada a quem deseja produzir, e não servir aos interesses de poucos voltados exclusivamente ao lucro.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Zucco (PL - RS) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, como instrumento de garantia da segurança jurídica no campo e combate a crimes como esbulho possessório, dano ao patrimônio, crimes ambientais, porte ilegal de arma e trabalho análogo ao de escravo. Rechaçou críticas à CPI do MST, alegando que houve importantes descobertas. Além disso, criticou a omissão do Governo Federal diante da situação do Rio Grande do Sul e afirmou que o PL permitirá a retirada de invasores em até 48 horas com atuação da força policial. Concluiu destacando que a medida representa valorização do agronegócio gaúcho e nacional.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 8.262, de 2017, que dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada destacou a gravidade da persistência do trabalho análogo ao de escravo no Brasil, afirmando que tal prática compromete qualquer projeto civilizatório para o País. Elogiou o Projeto de Lei nº 702, de 2023, de autoria do Deputado Túlio, por buscar garantir direitos e dignidade a trabalhadores rurais, especialmente em regiões como Unai, Mato Grosso do Sul e Goiás. Assinalou que a maioria dos casos ocorre em grandes fazendas, afetando populações indígenas e famílias em vulnerabilidade, muitas vezes submetidas a condições insalubres, trabalho infantil e ausência de acesso à educação. Por fim,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

reforçou a necessidade de vigilância e atualização da legislação trabalhista rural, defendendo trabalho digno, tempo com a família e condições humanas adequadas.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado esclareceu que o Projeto de Lei nº 702, de 2023, em discussão, é conclusivo nas Comissões e que o que está sendo votado no Plenário é um recurso contra essa tramitação conclusiva. Explicou que, nesse caso, os que apoiam o conteúdo da proposta devem votar “não” ao recurso, permitindo que a matéria siga seu curso. Ressaltou ainda a importância de deixar clara essa distinção para evitar confusão entre a votação do recurso e o mérito do projeto.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 702, de 2023, que acrescenta o art. 394-B ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dar prioridade de tramitação nos crimes de redução a condição análoga à de escravo. Além disso, expressou indignação com a decisão do Ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal (STF) que derrubou uma deliberação do Congresso Nacional. Questionou o sentido do trabalho legislativo quando "apenas um homem" pode anular decisões tomadas por 513 deputados e 81 senadores, sugerindo ironicamente o fechamento do Congresso caso o Judiciário continue a sobrepor-se ao Legislativo.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do recurso contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 702, de 2023, que acrescenta o art. 394-B ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dar prioridade de tramitação nos crimes de redução a condição análoga à de escravo.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso apresentado ao Projeto de Lei nº 702, de 2023, que acrescenta o art. 394-B ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dar prioridade de tramitação nos crimes de redução a condição análoga à de escravo.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso apresentado ao Projeto de Lei nº 702, de 2023, que acrescenta o art. 394-B ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dar prioridade de tramitação nos crimes de redução a condição análoga à de escravo.

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso apresentado ao Projeto de Lei nº 702, de 2023, que acrescenta o art. 394-B ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dar prioridade de tramitação nos crimes de redução a condição análoga à de escravo.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso apresentado ao Projeto de Lei nº 702, de 2023, que acrescenta o art. 394-B ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dar prioridade de tramitação nos crimes de redução a condição análoga à de escravo.

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso apresentado ao Projeto de Lei nº 702, de 2023, que acrescenta o art. 394-B ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dar prioridade de tramitação nos crimes de redução a condição análoga à de escravo.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso apresentado ao Projeto de Lei nº 702, de 2023, que acrescenta o art. 394-B ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dar prioridade de tramitação nos crimes de redução a condição análoga à de escravo.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso apresentado ao Projeto de Lei nº 702, de 2023, que acrescenta o art. 394-B ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dar prioridade de tramitação nos crimes de redução a condição análoga à de escravo. Além disso, criticou a decisão do Ministro Alexandre de Moraes, que anulou a deliberação do Congresso Nacional sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, sobre o IOF, restabelecendo a posição do Governo Lula. Acusou Moraes de extrapolar suas atribuições e agir como um “imperador”, contrariando a Constituição de 1988. Elogiou os Presidentes da Câmara e do Senado por não participarem da audiência de conciliação convocada pelo Supremo Tribunal Federal e defendeu que o Congresso reaja para preservar sua competência legislativa. Por fim, pediu a instalação imediata de uma CPI de abuso de autoridade e o *impeachment* de ministros do Supremo.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do recurso apresentado ao Projeto de Lei nº 702, de 2023, que acrescenta o art. 394-B ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dar prioridade de tramitação nos crimes de redução a condição análoga à de escravo.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso apresentado ao Projeto de Lei nº 702, de 2023, que acrescenta o art. 394-B ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dar prioridade de tramitação nos crimes de redução a condição análoga à de escravo. Além disso, criticou a decisão do Ministro Alexandre de Moraes, afirmando que os Deputados se



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

tornaram “palhaços” diante do Supremo Tribunal Federal (STF). Elogiou a postura do Presidente Hugo Motta por não enviar representante à audiência de conciliação, classificando-a como ilegítima. Destacou que a Câmara, com 383 votos, aprovou o Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, decidindo pela retirada da cobrança do IOF e afirmou que a decisão de Moraes desrespeita essa vontade soberana.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação do recurso apresentado ao Projeto de Lei nº 702, de 2023, que acrescenta o art. 394-B ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dar prioridade de tramitação nos crimes de redução a condição análoga à de escravo. Além disso, criticou a Esquerda ao comentar o debate sobre trabalho análogo à escravidão. Afirmou que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) seria um "movimento terrorista" que escravizava seus próprios acampados, sendo usado politicamente por lideranças de Esquerda.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do recurso apresentado ao Projeto de Lei nº 702, de 2023, que acrescenta o art. 394-B ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dar prioridade de tramitação nos crimes de redução a condição análoga à de escravo.

Tabata Amaral (PSB - SP) - A Deputada celebrou como histórica a votação que iniciou a regulamentação da licença-paternidade no Brasil, tema pendente desde a Constituição de 1988. Explicou que, por 35 anos, o prazo de cinco dias foi mantido de forma provisória, mesmo sendo insuficiente para garantir o vínculo entre pai e filho no início da vida. Destacou o esforço coletivo de Parlamentares de diferentes partidos, da sociedade civil e do setor produtivo, que colaboraram com estudos e propostas ao longo de três anos. Reforçou também que a ampliação da licença-paternidade fortalece famílias, reduz a violência e melhora a saúde mental, com custo viável ao País. Por fim, apelou para que a Câmara aprove logo o mérito do projeto, destacando a importância do tema para a primeira infância e o fortalecimento social e econômico do Brasil.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado reagiu às críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) feitas pelo Partido Novo, defendendo a legalidade da decisão do Ministro Alexandre de Moraes sobre o IOF. Afirmou que a medida foi equilibrada e que respeita a competência do Executivo prevista na Constituição. Em seguida, criticou declarações de membros da família Bolsonaro, especialmente do Senador Flávio e do Deputado Eduardo Bolsonaro, que estariam chantageando o País ao exigir anistia e interferência no STF. Acusou os dois de agirem como sequestradores políticos e de colocarem os interesses dos Estados Unidos acima da soberania nacional. Concluiu, defendendo a cassação de Eduardo Bolsonaro e cobrando providências imediatas da Mesa Diretora da Câmara.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Altineu Côrtes (PL - RJ) - O Presidente da sessão expressou indignação com a decisão do Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que derrubou a deliberação do Congresso Nacional aprovada por ampla maioria relacionada ao aumento do IOF, Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025. Declarou-se profundamente desconfortável como Parlamentar e brasileiro, considerando a medida uma desmoralização do Legislativo. Defendeu que o Congresso precisa reagir de forma firme para preservar suas prerrogativas e encerrou afirmando que decisões assim não podem mais se repetir.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado criticou a decisão do Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que derrubou a deliberação do Congresso Nacional sobre o IOF, Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, classificando-a como um ataque à soberania do Legislativo. Acusou o Judiciário de agir em aliança com o Executivo para impor aumentos de impostos, e ironizou o apoio da Esquerda ao Ministro, indicado por Michel Temer. Afirmou também que o Congresso está sendo desrespeitado e defendeu que a Câmara reaja com firmeza, inclusive bloqueando votações de interesse do Judiciário. Além disso, anunciou o início dos trabalhos da CPI dos Aposentados, denunciou perseguição política à Direita e exaltou o ex-Presidente Bolsonaro. Ao final, sugeriu a suspensão da sessão como forma de protesto.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado apresentou questão de ordem, argumentando que o Presidente em exercício da Câmara, Deputado Altineu Côrtes, ao expressar opinião durante os debates, deveria ter transmitido a presidência a seu substituto. Defendeu a legalidade da atuação do Presidente Lula e do Ministro Alexandre de Moraes no caso do IOF, sustentando que a Constituição atribui ao Executivo a prerrogativa de alterar o imposto por decreto. Criticou a tentativa do Congresso de revogar essa prerrogativa e ressaltou que o Supremo apenas cumpriu seu papel de árbitro constitucional. Afirmou que o processo respeitou os princípios democráticos e os limites institucionais impostos pela Constituição.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada defendeu a decisão do Ministro Alexandre de Moraes sobre o decreto do Presidente Lula relativo ao IOF, afirmando que o Supremo apenas cumpriu sua função de controle constitucional. Argumentou que o Congresso só pode sustar atos do Executivo quando há abuso do poder regulamentar, o que não se aplicaria ao caso, já que o Presidente exerceu competência tributária prevista na Constituição. Defendeu também justiça tributária, a taxação dos super-ricos e mais direitos para os trabalhadores. Além disso, criticou Eduardo Bolsonaro, acusando-o de traição e irresponsabilidade por articular sanções contra o Brasil no exterior, e repudiou a relativização de ataques à democracia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências. Além disso, criticou a decisão do Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que anulou a votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, no Congresso. Manifestou indignação e chamou os demais Parlamentares a reagirem, afirmando que o Congresso está sendo desrespeitado.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências. Em seguida, defendeu a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o IOF como constitucional e criticou Parlamentares que atuariam contra os interesses do Brasil. Citou o caso de um Deputado que teria deixado o País para articular, com um presidente estrangeiro, uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros, o que prejudicaria o setor produtivo nacional. Reforçou que é preciso observar quem realmente defende o Brasil no Parlamento.

Any Ortiz (CIDADANIA - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências. Além disso, criticou a decisão monocrática do Ministro Alexandre de Moraes, que anulou a deliberação da Câmara dos Deputados do Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2025, aprovada por 383 votos.. Por fim, cobrou uma reação firme do Presidente da Câmara e do Presidente do Congresso Nacional frente ao que classificou como interferência indevida do Supremo Tribunal Federal.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências. Além disso, criticou o Governo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Federal, classificando-o como temerário e irresponsável por propor o aumento do IOF sem consultar o Banco Central. Cobrou ação do Presidente da Câmara, Hugo Motta, e do Senador Davi Alcolumbre, pedindo que defendam com firmeza as prerrogativas do Congresso Nacional diante da decisão do Ministro Alexandre de Moraes.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado rebateu críticas feitas por colegas da oposição, ironizando o apelido “Bananinha” atribuído a Eduardo Bolsonaro e afirmando que ele estaria foragido nos Estados Unidos por envolvimento em articulações golpistas. Destacou que o julgamento de Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal se aproxima e que há provas contundentes reunidas pela Procuradoria-Geral da República, Polícia Federal e pela CPMI do Golpe. Criticou a atuação da oposição, que “choraminga” por causa do IOF, imposto que atinge os mais ricos, enquanto ignora os crimes cometidos pelo ex-Presidente e seus aliados.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências. Além disso, criticou a decisão do Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que suspendeu a revogação do decreto presidencial sobre o aumento do IOF, aprovada por ampla maioria no Congresso. Conclamou os Presidentes da Câmara e do Senado a reagirem em defesa do Congresso Nacional.

Zucco (PL - RS) - O Deputado classificou como “vergonhosa” a situação vivida pelo Congresso diante da decisão do Ministro Alexandre de Moraes, que anulou a revogação do decreto de aumento do IOF aprovada por 383 Deputados. Em protesto, defendeu a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Abuso de Autoridade e pediu o *impeachment* do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Por fim, afirmou que a Câmara foi desrespeitada e conclamou o Presidente da Casa a tomar uma posição firme em defesa do Parlamento.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de anular a revogação do decreto sobre o IOF, argumentando que o Congresso desrespeitou a Constituição ao interferir em uma competência exclusiva do Poder Executivo. Esclareceu que o recurso ao Supremo foi necessário justamente porque a Câmara agiu contra a Carta Magna. Afirmou que o STF apenas restabeleceu a legalidade e parabenizou a Corte pela decisão, destacando que o Governo Lula agiu corretamente, enquanto o Legislativo errou ao ultrapassar seus limites constitucionais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado criticou a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) na revogação do decreto do IOF e acusou a Esquerda de hipocrisia por elogiar o STF agora, mas ter criticado a Corte quando Lula foi preso.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado apresentou uma questão de ordem com base na Constituição e no Regimento Interno, questionando a decisão monocrática do Ministro Alexandre de Moraes, que anulou a revogação do decreto do IOF aprovada pelo Congresso. Afirmou que a medida representa uma afronta ao princípio da separação e da harmonia entre os Poderes. Pediu esclarecimentos e providências formais do Presidente da Câmara e do Congresso Nacional, afirmando que o episódio ameaça a democracia e provoca um grave desarranjo institucional.

Camila Jara (PT - MS) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada declarou que o Congresso sofreu um golpe com decisões do Supremo Tribunal Federal que invadiram prerrogativas do Parlamento. Citou casos como a anulação do marco temporal das terras indígenas, a suspensão de um decreto sobre o IOF e a manutenção de ação contra o Deputado Ramagem como exemplos de interferência do Judiciário. Criticou o Ministro Alexandre de Moraes por ações que desrespeitaram a Constituição e silenciaram o Legislativo. Defendeu a instalação da CPI do abuso de autoridade e o fim do foro privilegiado. Afirmou que é preciso dar uma resposta institucional, sem ataques pessoais, e pediu união entre os parlamentares para reagir. Por fim, cobrou o Senado e defendeu o impeachment do Ministro Alexandre de Moraes.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Camila Jara (PT - MS) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Luciano Alves (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do Art. 6º do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Orlando Silva (PCdoB - SP) - O Deputado encaminhou a votação do Art. 6º do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do Art. 6º do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Art. 6º do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do Art. 6º do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências. Além disso, criticou o acordo de votação na Câmara por não revelar o restante da pauta e destacou preocupação com o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente. Alertou para os riscos do projeto, que ignora a emergência climática e compromete a prevenção de tragédias como as de Mariana e Brumadinho. Reiterou apelo ao Presidente da Câmara para que retirasse o texto da agenda. Informou que o PSOL iniciou obstrução das demais votações. Por fim, defendeu que o projeto deve ser enfrentado não apenas no plenário, mas também por meio da mobilização da sociedade civil.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Art. 6º do Projeto de Lei nº 1.872, de 2025, que cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e dá outras providências.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei no 14.554, de 20 de abril de 2023, que altera as Leis nos 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 10 de junho de 2021, 11.540, de 12 de novembro de 2007, e 14.042, de 19 de agosto de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, a fim de sanar omissão legislativa.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei no 14.554, de 20 de abril de 2023, que altera as Leis nos 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 10 de junho de 2021, 11.540, de 12 de novembro de 2007, e 14.042, de 19 de agosto de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, a fim de sanar omissão legislativa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Alceu Moreira (MDB - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei no 14.554, de 20 de abril de 2023, que altera as Leis nos 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 10 de junho de 2021, 11.540, de 12 de novembro de 2007, e 14.042, de 19 de agosto de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, a fim de sanar omissão legislativa.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei no 14.554, de 20 de abril de 2023, que altera as Leis nos 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 10 de junho de 2021, 11.540, de 12 de novembro de 2007, e 14.042, de 19 de agosto de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, a fim de sanar omissão legislativa.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei no 14.554, de 20 de abril de 2023, que altera as Leis nos 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 10 de junho de 2021, 11.540, de 12 de novembro de 2007, e 14.042, de 19 de agosto de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, a fim de sanar omissão legislativa.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei no 14.554, de 20 de abril de 2023, que altera as Leis nos 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 10 de junho de 2021, 11.540, de 12 de novembro de 2007, e 14.042, de 19 de agosto de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, a fim de sanar omissão legislativa.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei no 14.554, de 20 de abril de 2023, que altera as Leis nos 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 10 de junho de 2021, 11.540, de 12 de novembro de 2007, e 14.042, de 19 de agosto de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, a fim de sanar omissão legislativa.

Marcelo Moraes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei nº 14.554, de 2023, que altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 2021, 11.540, de 2007, e 14.042, de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei nº 7.827, de 1989, a fim de sanar omissão legislativa.

Arlindo Chinaglia (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei nº 14.554, de 2023, que altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 2021, 11.540, de 2007, e 14.042, de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei nº 7.827, de 1989, a fim de sanar omissão legislativa.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei nº 14.554, de 2023, que altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 2021, 11.540, de 2007, e 14.042, de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei nº 7.827, de 1989, a fim de sanar omissão legislativa.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei nº 14.554, de 2023, que altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 2021, 11.540, de 2007, e 14.042, de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei nº 7.827, de 1989, a fim de sanar omissão legislativa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Pedro Westphalen (PP - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei nº 14.554, de 2023, que altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 2021, 11.540, de 2007, e 14.042, de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei nº 7.827, de 1989, a fim de sanar omissão legislativa. Na oportunidade, repudiou as acusações de que produtores gaúchos seriam "caloteiros", exaltando sua adimplência mesmo diante de crises graves, como a que levou a mais de 20 suicídios no estado. Destacou o papel do agronegócio na expansão da produção nacional e parabenizou o Deputado Afonso Hamm e os coautores pela construção da Lei nº 341, de 2025, que defende o setor.

Alceu Moreira (MDB - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei nº 14.554, de 2023, que altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 2021, 11.540, de 2007, e 14.042, de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei nº 7.827, de 1989, a fim de sanar omissão legislativa. Na oportunidade, repudiou o uso do termo "caloteiro" contra produtores rurais gaúchos, pediu a retirada da expressão das notas taquigráficas e classificou a fala como ofensiva e irresponsável. Defendeu a honra do povo do Rio Grande do Sul, lembrou o sofrimento de agricultores endividados e criticou o Deputado que usou o termo.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei nº 14.554, de 2023, que altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 2021, 11.540, de 2007, e 14.042, de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei nº 7.827, de 1989, a fim de sanar omissão legislativa. Na oportunidade, criticou a postura dos Estados Unidos diante do Brasil, afirmando que a pressão externa atinge setores estratégicos da produção nacional. Por fim, rejeitou a ideia de "esperar" e destacou que o setor produtivo, especialmente o rural, exige decisões ágeis.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei nº 14.554, de 2023, que altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 2021, 11.540, de 2007, e 14.042, de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei nº 7.827, de 1989, a fim de sanar omissão legislativa. Na oportunidade, declarou voto contrário ao projeto que teria sido desvirtuado pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Criticou o desvio do foco inicial — que seria apoiar pequenos agricultores — para beneficiar grandes produtores com dívidas de até R\$ 50 milhões. Acusou a FPA de tentar retirar recursos do Fundo Social, prejudicando áreas como a educação, e denunciou o uso da pauta ambiental por setores que negam as mudanças climáticas e promovem o desmatamento.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei nº 14.554, de 2023, que altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 2021, 11.540, de 2007, e 14.042, de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei nº 7.827, de 1989, a fim de sanar omissão legislativa. Na oportunidade, ressaltou que o Governo estaria disposto a negociar medidas que realmente ajudem agricultores que estão fora do sistema bancário, mas considerou a votação apressada um prejuízo para os produtores do Rio Grande do Sul.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei nº 14.554, de 2023, que altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 2021, 11.540, de 2007, e 14.042, de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei nº 7.827, de 1989, a fim de sanar omissão legislativa. Na ocasião, alertou que, se o agronegócio colapsar, todo o país seria impactado.

Zucco (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências, bem como altera a Lei nº 14.554, de 2023, que altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.166, de 2021, 11.540, de 2007, e 14.042, de 2020, para tratar do refinanciamento de dívidas e altera a Lei nº 7.827, de 1989, a fim de sanar omissão legislativa. Também defendeu os agricultores gaúchos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

e criticou Parlamentares que, segundo ele, ofenderam o agro. Destacou os suicídios no campo e afirmou que o setor merece respeito e apoio urgente do Congresso.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada levantou Questão de Ordem com base no Regimento Interno da Câmara (Art. 192), afirmando que é lícito o uso da palavra para encaminhamento de votação, mesmo em regime de urgência. Protestou contra a postura do Presidente da sessão que teria tolhido a fala da Deputada Célia Xakriabá, impedindo seu pronunciamento. Além disso, destacou que, embora o Presidente tenha direito a opiniões e possa defender pautas como as da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), não pode cercear o direito de fala das bancadas minoritárias. Por fim, exigiu respeito ao regimento e à pluralidade de ideias, afirmando que divergências são naturais numa democracia.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado protestou contra o descumprimento de acordos feitos com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) sobre a votação Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural. Afirmou que o Relator da proposta havia se comprometido a não avançar sem alinhamento com o Governo, mas o texto foi levado à votação sem cumprir esse compromisso. Criticou a quebra de palavra, que considera uma afronta ao funcionamento democrático e às relações institucionais da Câmara. Afirmou que o projeto amplia benefícios de forma indiscriminada, permitindo renegociação de dívidas inclusive para produtores adimplentes, com impacto fiscal de cerca de R\$ 31,9 bilhões, o que fere o discurso de responsabilidade fiscal da própria oposição. Além disso, reiterou que o Governo tem apoiado o agro, especialmente no Rio Grande do Sul, mas destacou que é preciso responsabilidade e respeito aos acordos. Por fim, anunciou o voto do Governo a favor do adiamento da discussão e lamentou a postura da FPA, que classificou como uma quebra de confiança.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carnicultores, em geral, e dá outras providências. Na oportunidade, ressaltou a gravidade do endividamento enfrentado pelos produtores, especialmente após seis safras perdidas devido à estiagem, e afirmou que muitos agricultores não sabem se conseguirão plantar na próxima safra. Agradeceu ao Relator Deputado Afonso Hamm, por ampliar o alcance da proposta — inicialmente restrita ao Rio Grande do Sul — para produtores de todo o Brasil. Também reconheceu o apoio da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Por fim, repudiou declarações que chamaram produtores de “caloteiros”, argumentando que o setor “carrega o Brasil nas costas” e que a crise não se deve à má fé, mas à adversidade climática e econômica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Na oportunidade, acusou setores do agro de financiar atos golpistas e silenciar diante do tarifaço de Trump. Também condenou o apoio ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; enfraquecendo-o, mesmo após desastres climáticos. Por fim, afirmou que a agenda da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se sobrepõe ao interesse público.

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Na oportunidade, citou exemplos anteriores de perdões de dívidas, inclusive no Nordeste, e destacou que os produtores rurais não pedem anistia, mas apenas oportunidade para pagar o que devem com dignidade. Reforçou seu compromisso com a agricultura familiar e elogiou o relatório do Deputado Afonso Hamm, dizendo que o Parlamento tem o dever de fazer justiça social com quem alimenta o país. Por fim, declarou voto favorável ao projeto.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Na oportunidade, criticou o silenciamento de vozes indígenas no Parlamento e denunciou o desvio do projeto que originalmente beneficiaria pequenos agricultores, mas foi alterado para favorecer grandes produtores. Além disso, lamentou a desigualdade no crédito rural — 80% para o agronegócio e apenas 20% para a agricultura familiar — e apontou a hipocrisia de Parlamentares que negam a crise climática, mas agora pedem socorro por perdas agrícolas. Reafirmou sua luta em defesa dos povos indígenas, dos pequenos agricultores e contra retrocessos ambientais, encerrando com um recado firme: “Sou uma, mas não sou só”.

Pedro Westphalen (PP - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Na oportunidade, ressaltou que o texto final, construído com base em seu Projeto de Lei nº 341, de 2025, contou com ampla articulação entre Parlamentares, Governo e entidades como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS), e Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil). Além disso, defendeu que os gaúchos são adimplentes, querem pagar suas dívidas e precisam de fôlego para continuar produzindo. Enfatizou que o agro transformou o Brasil numa potência alimentar global, e que este projeto representa um



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

resgate à dignidade dos produtores em crise. Por fim, agradeceu ao Relator Afonso Hamm, à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e ao Presidente Hugo Motta pelo compromisso com o setor.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Na oportunidade, denunciou a retirada de recursos do Fundo Social — destinado a áreas como educação, saúde e meio ambiente — para socorrer quem já concentra poder econômico. Concluiu, afirmou que o projeto repete um padrão histórico de favorecimento estatal aos grandes setores econômicos, negligenciando os agricultores familiares, que produzem para o mercado interno e são os mais vulneráveis.

Zucco (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Na oportunidade, criticou o Governo Federal por possíveis tentativas de judicialização no Supremo Tribunal Federal (STF) e por supostos gastos excessivos, como viagens e eventos. Por fim, enfatizou que o agronegócio gaúcho não está pedindo esmola, mas apenas reconhecimento e apoio diante de uma crise.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Na oportunidade, apontou a contradição de setores do agronegócio que negam a crise climática, mas agora usam essa justificativa para obter perdão de dívidas. Por fim, denunciou o silêncio da bancada ruralista diante das tarifas impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Na oportunidade, criticou a atuação do Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente dos Parlamentares gaúchos do partido, por tentarem retirar o projeto de pauta. Também acusou o PT de incoerência, por alegar falta de recursos para ajudar o agro enquanto aprova gastos para aumentar cargos no Judiciário e outras despesas fora do arcabouço fiscal. Por fim, acusou o Governo de incoerência ao alegar falta de recursos para o agro enquanto gasta com aumento de cargos e rombos fiscais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Alceu Moreira (MDB - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Na oportunidade, afirmou que o projeto foi construído com técnicos do Governo e não favorece oportunistas. Rebateu críticas de Parlamentares que desconhecem o setor rural. Negou o uso indiscriminado de R\$ 30 bilhões do Fundo Social, alegando que os recursos serão devolvidos e usados apenas por Estados sem fundos constitucionais regionais. Por fim, destacou que tanto pequenos quanto grandes produtores foram afetados por seca e enchentes no Rio Grande do Sul e que o projeto, criterioso e transparente, ainda seguiria ao Senado.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado proferiu parecer à Emenda de Plenário oferecida ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Defendeu a atuação do Governo Federal no apoio ao Rio Grande do Sul e outros Estados em calamidade, destacando o repasse de bilhões aos agricultores. Criticou a forma como o projeto foi conduzido, alertando para a concentração de até R\$ 10 bilhões em poucos beneficiários e a possível retirada de até R\$ 30 bilhões do Fundo Social, afetando áreas como saúde, educação e habitação. Além disso, afirmou que o Governo quer continuar ajudando, mas com critérios e diálogo, e não por meio de uma votação precipitada. Por fim, reforçou que o projeto precisa ser melhorado.

Marcelo Moraes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da sessão fez um apelo ao Relator do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural, para incluir uma modificação sugerida pelo Deputado Domingos Neto, a fim de contemplar os agricultores da Região Nordeste na proposta de securitização das dívidas. Além disso, ressaltou a importância de não limitar o benefício apenas ao Ceará, mas estendê-lo a todo o Nordeste, mencionando a dívida histórica que o Brasil tem com a região, marcada por desigualdades ao longo dos séculos.

Arlindo Chinaglia (PT - SP) - O Deputado alertou para o teor do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural, lembrando que ele permite o refinanciamento de dívidas de até 10 bilhões de reais por Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), o que evidencia que os principais beneficiados não seriam pequenos produtores. Afirmou que o agronegócio não pode reclamar do Governo Lula, pois entre 2023 e 2026 serão destinados 2 trilhões de reais ao setor. Por fim, criticou os discursos inflamados no Plenário e defendeu o debate com clareza aos reais impactos da proposta.

Leo Prates (PDT - BA) - O Deputado manifestou apoio aos produtores rurais do Rio Grande do Sul e fez um apelo enfático em favor dos agricultores do Nordeste, especialmente da Bahia, que enfrentam a pior seca dos últimos 40 anos. Elogiou o Presidente da sessão por estar atento às desigualdades regionais e reforçou o pedido para que o Relator incluísse os produtores nordestinos no Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural; destacando que muitos compromissos assumidos com a região ainda não foram cumpridos.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado manifestou pesar pelo falecimento de estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA) — Welfesom Campos Alves, Leandro Souza Dias, Ana Letícia Araújo Cordeiro — e do motorista Ademilson Militão, vítimas de um trágico acidente a caminho do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Prestou solidariedade às famílias e aos colegas das vítimas, todos militantes ou vinculados à UFPA, e solicitou 1 minuto de silêncio em plenário em homenagem aos falecidos.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado proferiu parecer ao Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado encaminhou a votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Além disso, elogiou a sensibilidade e o compromisso do Presidente da Câmara por manter na pauta e garantir a votação do projeto que beneficia produtores rurais, especialmente do Rio Grande do Sul. Agradeceu ao Relator Afonso Hamm, aos Deputados da bancada gaúcha e aos líderes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) pelo empenho. Por fim, enfatizou que o projeto não representa favor, mas sim um dever do Estado diante do sofrimento dos produtores afetados por crises climáticas.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada encaminhou a votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Além disso, destacou a contribuição dos povos indígenas para o agronegócio, citando pesquisa que aponta que 80% das chuvas em terras indígenas na Amazônia beneficiam 57% do setor. Criticou a falta de reconhecimento dessa relação e a hipocrisia do Parlamento em negar a crise climática enquanto lida com seus efeitos. Reforçou a necessidade de valorizar a agricultura familiar e criticou o Relator do projeto por não acolher emenda que priorizava pequenos produtores. Alertou ainda que o desrespeito ambiental e aos povos originários pode gerar perdas econômicas bilionárias, especialmente frente a exigências internacionais como o Acordo do Mercosul e leis de rastreabilidade. Encerrou questionando os impactos sociais do modelo atual do agronegócio.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada encaminhou a votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Na oportunidade, também associou os desastres ambientais ao negacionismo climático e defendeu que os recursos públicos devem priorizar a justiça social e os mais necessitados.

Arlindo Chinaglia (PT - SP) - O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral; por beneficiar grandes produtores com até R\$ 10 milhões por Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com prazos longos e juros subsidiados, e por transferir o risco de calote aos bancos públicos. Denunciou que o financiamento poderá usar até R\$ 30 bilhões do Fundo Social — verba destinada à saúde, educação e áreas sociais —, o que considera injusto. Destacou que o Governo Lula já investe fortemente no agronegócio, com mais de R\$ 2 trilhões previstos até 2026, e alertou que o Governo poderá vetar o projeto, caso ele seja aprovado da forma atual.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências.

Pedro Westphalen (PP - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências.

Alceu Moreira (MDB - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Além disso, ressaltou conversa com o líder governista José Guimarães, que se comprometeu a seguir negociando melhorias no texto, que ainda seria apreciado no Senado. Por fim, reforçou a intenção de buscar uma solução consensual e equilibrada para contemplar todos os interesses envolvidos.

Luiz Gastão (PSD - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências.

Zucco (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Na oportunidade, agradeceu aos agricultores gaúchos pela confiança e celebrou a aprovação do projeto, que, segundo ele, representa um ato de justiça. Por fim, apelou ao Senado para que vote com urgência a proposta de securitização, afirmando que o momento exige ação imediata em apoio aos produtores rurais, sem mais delongas ou negociações.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Na oportunidade, agradeceu à Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) de Mato Grosso do Sul, especialmente a Jorge Michelc, pela coleta de dados técnicos que fundamentaram o projeto, bem como à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), à Comissão de Agricultura e ao Relator Afonso Hamm.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Na oportunidade, disse ter mantido diálogo com o Relator e recebido solidariedade de membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Por fim, esclareceu que os produtores do Nordeste contam com renegociação de dívidas via o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), operado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que dispõe sobre a liquidação, anistia, renegociação e rebate de dívidas originárias de crédito rural para agricultores, pecuaristas, piscicultores, pescadores e carcinicultores, em geral, e dá outras providências. Além disso, criticou o projeto por priorizar grandes produtores, afirmando que apenas 10% deles estão inadimplentes, segundo dados da Centralização de Serviços de Bancos (Serasa). Destacou que o texto favorece até mesmo dívidas futuras (vincendas) e beneficiará produtores que ainda nem contrataram



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

financiamento; e que, por isso, considerou inaceitável retirar R\$ 30 bilhões de áreas sociais como saúde, educação e habitação para custear essa medida.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada solicitou ao Presidente da Câmara um posicionamento público sobre o acordo relacionado ao Projeto de Lei 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Além disso, reforçou que, embora o projeto pudesse ser votado, aceitou o adiamento em respeito ao acordo e enfatizou a urgência de enfrentar a violência digital contra crianças e adolescentes.

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL) - O Deputado procedeu à leitura do parecer do Relator da matéria, Deputado Fernando Monteiro, ao Projeto de Lei nº 5.464, de 2023, que altera a Lei nº 12.409, de 2011, para dispor sobre as normas que regulam o Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH).

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.464, de 2023, que altera a Lei nº 12.409, de 2011, para dispor sobre as normas que regulam o Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH). Em seguida, criticou o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, o chamado “PL da Devastação”, por fragilizar o sistema de licenciamento ambiental, incluindo até autolicensing para mineradoras — as mesmas envolvidas em tragédias como Mariana (MG) e Brumadinho (MG). Afirmou ser contraditório aprovar bilhões em socorro a desastres climáticos enquanto se afrouxam normas ambientais. e alertou que isso pode causar forte rejeição da sociedade e classificou a proposta como um retrocesso ambiental grave.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.464, de 2023, que altera a Lei nº 12.409, de 2011, para dispor sobre as normas que regulam o Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH). Na oportunidade, alertou que a medida pode gerar ações judiciais em massa, comprometer o erário e prejudicar o papel social da Caixa Econômica Federal (CEF) como financiadora da habitação.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 5.464, de 2023, que altera a Lei nº 12.409, de 2011, para dispor sobre as normas que regulam o Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH). Criticou a tentativa de obrigar a Caixa Econômica Federal (CEF) a negociar indenizações de seguros habitacionais mesmo em casos com suspeita de fraude ou dolo. Alertou que a medida pode beneficiar ações indevidas sobre contratos antigos, inclusive já quitados há décadas, e favorecer escritórios de advocacia que lucram com isso. Por fim, defendeu que apenas mutuários honestos sejam contemplados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 5.464, de 2023, que altera a Lei nº 12.409, de 2011, para dispor sobre as normas que regulam o Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH). Na oportunidade, explicou que houve divergência na Federação PSOL REDE: enquanto a Rede Sustentabilidade (REDE) foi favorável ao projeto, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foi contrário. Para o PSOL, obrigar a Caixa Econômica Federal (CEF) a arcar com custos das seguradoras é injusto, pois transfere prejuízos ao setor público e preserva os lucros privados.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 5.464, de 2023, que altera a Lei nº 12.409, de 2011, para dispor sobre as normas que regulam o Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH). Na oportunidade, explicou que defendeu a retirada do projeto de pauta para aprimorá-lo e evitar prejuízos à Caixa Econômica Federal (CEF). Argumentou que, embora a proposta busque favorecer mutuários, pode acabar beneficiando fraudes e impactando negativamente a principal instituição de financiamento habitacional e de programas sociais do país. Por fim, lamentou que a discussão mais profunda ocorresse apenas no Senado.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado apoiou o Relator do Projeto de Lei nº 5.464, de 2023, que altera a Lei nº 12.409, de 2011, para dispor sobre as normas que regulam o Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH). Alertou para o chamado "prédio caixão" em Pernambuco, que são construções frágeis, muitas financiadas pela Caixa Econômica Federal (CEF), com estrutura precária. Defendeu que o projeto pode beneficiar milhares de famílias que aguardam ressarcimento por imóveis inseguros. Também reconheceu que o texto poderia ser mais bem debatido, mas ressaltou que seu objetivo é evitar que seguradoras se isentem de responsabilidades e garantir justiça aos mutuários prejudicados.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.282, de 2024, que altera a Lei nº 10.420, de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da sessão agradeceu ao Deputado Padre Luiz Couto pelo relatório do Projeto de Lei nº 1.282, de 2024, que altera a Lei nº 10.420, de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica. Destacou o apoio do Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, e do Líder do Governo, José Guimarães, para pautar a proposta. Ressaltou que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Substitutivo aprovado busca ampliar o alcance do benefício e reforçar o apoio à agricultura familiar, promovendo distribuição de renda a agricultores que perderam suas lavouras.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado celebrou o Projeto de Lei nº 1.282, de 2024, que altera a Lei nº 10.420, de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica; beneficiando especialmente Municípios do Nordeste antes excluídos do programa. Além disso, ressaltou o impacto positivo para a agricultura familiar, agradeceu ao Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, e ao Relator Luiz Couto pelo empenho. Por fim, enfatizou que a medida é uma conquista importante para agricultores afetados por estiagens e enchentes.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.282, de 2024, que altera a Lei nº 10.420, de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.282, de 2024, que altera a Lei nº 10.420, de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.282, de 2024, que altera a Lei nº 10.420, de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica. Na oportunidade, reforçou o compromisso do Governo com políticas estruturadas, negociadas com entidades e movimentos sociais, e concluiu defendendo justiça na destinação dos recursos públicos.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.282, de 2024, que altera a Lei nº 10.420, de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica. Na oportunidade, alertou que eventos climáticos extremos — como secas e chuvas intensas — exigem cada vez mais recursos públicos para socorrer os afetados, e que continuar promovendo políticas que estimulam a devastação ambiental é irracional e insustentável. Defendeu que a preservação do meio ambiente é essencial para a sobrevivência humana e não pode ser tratada como obstáculo ao progresso econômico.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.282, de 2024, que altera a Lei nº 10.420, de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.282, de 2024, que altera a Lei nº 10.420, de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica. Em seguida, criticou a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, o chamado “PL da Devastação”, por fragilizar o sistema de licenciamento ambiental, especialmente num momento em que o Brasil se prepara para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA).

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.282, de 2024, que altera a Lei nº 10.420, de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.282, de 2024, que altera a Lei nº 10.420, de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada levantou questão de ordem com base no art. 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados para contestar a legalidade da realização da sessão em formato remoto. Argumentou que os dispositivos que permitiam esse formato — o Ato da Mesa nº 123, de 2020 e a Resolução nº 14, de 2020 — foram criados exclusivamente para o período da pandemia da Covid-19, oficialmente encerrada pelo Ministério da Saúde.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada levantou questão de ordem, com base no art. 95 do Regimento Interno, combinado com art. 225, caput, e arts. 23, VI e VII, e 24 da Constituição Federal, sobre a Emenda nº 28 do Senado, oferecida ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, alegando que ela revoga trechos da Lei da Mata Atlântica e do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, o que enfraqueceria a proteção ambiental. Afirmou que isso é um “jabuti” (matéria estranha ao tema principal),



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

viola a Constituição (art. 225) e compromete compromissos climáticos, como o Acordo de Paris. Por fim, pediu o reconhecimento da inconstitucionalidade da emenda, em defesa do meio ambiente e da legislação ambiental brasileira.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Na oportunidade, criticou o processo legislativo feito às escondidas, por votação virtual e sem participação popular. Por fim, lembrou as 272 mortes em Brumadinho (MG), afirmando que a tragédia foi consequência direta do afrouxamento das leis ambientais em Minas Gerais.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada levantou questão de ordem com base nos princípios constitucionais da impessoalidade, moralidade e eficiência, alegando inconstitucionalidade da Emenda nº 3 do Senado ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Afirmou que a criação da chamada Licença Ambiental Especial, que concede ao Conselho de Governo o poder de classificar projetos como estratégicos sem critérios técnicos definidos, abre margem para negociatas, favorecimentos políticos e viola o papel técnico dos órgãos ambientais. Alertou que isso pode autorizar empreendimentos de alto impacto, como mineração em terras indígenas, sem o devido controle e precaução ambiental. Também se solidarizou com as vítimas de Brumadinho (MG) e do Rio Grande do Sul, afirmando que essas tragédias foram consequências da flexibilização ambiental. Além disso, criticou o fato de um projeto de tamanha gravidade estar sendo votado à meia-noite, sem participação popular, chamando-o de "PL da Devastação". Finalizou solicitando que a Presidência recolha a questão de ordem e determinasse um minuto de silêncio em respeito às vítimas das tragédias ambientais.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada levantou questão de ordem com base no artigo 225 da Constituição Federal, argumentando que o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, seria inconstitucional e lesivo ao meio ambiente e à sociedade. Criticou especialmente a criação da Licença Ambiental Especial, que permite que avaliações políticas e não técnicas definam projetos considerados estratégicos, o que rompe com o princípio da impessoalidade e abre espaço para interesses particulares em detrimento do bem coletivo. Além disso, reforçou que o projeto atinge biomas protegidos pela Constituição — Mata Atlântica, Floresta Amazônica, Pantanal, Serra do Mar e Zona Costeira — e alertou que sua aprovação colocaria o Congresso como "inimigo da natureza, da sustentabilidade, dos povos originários e da vida". Por fim, disse que a história cobraria dos Parlamentares essa convivência, evocando as tragédias de Brumadinho (MG) e Mariana (MG) como alerta, e condenou o que chamou de "digital eivada de sangue" que esse chamado PL da Devastação representa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada protestou por não ter sua questão de ordem respeitada, acusando o Presidente da Sessão de tratamento desigual. Destacou que, como mulher indígena e Parlamentar eleita, tem o mesmo direito de fala e exigiu respeito à sua representatividade, especialmente ao abordar tragédias ambientais em Minas Gerais. Por fim, rejeitou a invisibilização simbólica ao afirmar: "Eu sou autoridade assim como o senhor!".

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Na oportunidade, fez um apelo em nome das vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, da seca na Amazônia e das regiões alagadas. Destacou o papel exemplar do Brasil no debate ambiental internacional, citando a atuação da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Na oportunidade, alertou para os riscos de repetir tragédias como as de Mariana (MG), Brumadinho (MG), Maceió (AL) e o Rio Grande do Sul. Por fim, reforçou seu posicionamento pessoal em defesa do meio ambiente e pela rejeição definitiva da proposta, embora o Partido Democrático Trabalhista (PDT) tenha liberado sua bancada.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Na oportunidade, defendeu os povos indígenas, das florestas e contra o racismo e o machismo estrutural presentes no Parlamento. Criticou a invisibilização das mulheres indígenas, denunciou o caráter colonial do projeto e afirmou que "dinheiro não substitui floresta", alertando que os efeitos da destruição ambiental recairão sobre todos.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Na oportunidade, defendeu os povos indígenas, das florestas e contra o racismo e o machismo estrutural presentes no Parlamento.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Na oportunidade, defendeu os povos indígenas, das florestas e contra o racismo e o machismo estrutural presentes no Parlamento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Informou que, apesar de negociações com o Relator Zé Vitor e Ministros como Marina Silva e Rui Costa, não houve acordo final — pontos importantes para o Governo, como a descentralização e o papel do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), ficaram de fora. Disse que o Governo orientaria contrário ao texto. Por fim, destacou o esforço de diálogo e informou que, por motivos de saúde, deixaria o Plenário, mas que outro representante do governo conduziria a votação.

Zé Vitor (PL - MG) - O Deputado proferiu parecer às Emendas do Senado oferecidas ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara indeferiu todas as questões de ordem levantadas durante a Sessão Deliberativa de 16 de julho de 2025. Em relação à primeira, formulada pela Deputada Duda Salabert, que questionava a legalidade da realização de sessões remotas após o fim da emergência sanitária da Covid-19, afirmou que o Ato da Mesa nº 123/2020 continua vigente e aplicável. Quanto à questão de ordem apresentada pela Deputada Talíria Petrone, que alegava a existência de matéria estranha (“jabuti”) no Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e sua possível inconstitucionalidade, afirmou que a análise de compatibilidade constitucional e técnica legislativa é de competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), ressaltando que a ementa do projeto não precisa conter integralmente o conteúdo da proposição, apenas uma síntese. Por fim, as questões de ordem apresentadas pelas Deputadas Fernanda Melchionna e Erika Kokay, que também apontavam vícios de constitucionalidade no projeto, foram respondidas com o mesmo argumento: a CCJC é o órgão competente para esse tipo de avaliação, e a matéria já havia sido analisada por ela. Com isso, a Presidência da Câmara deu por encerradas as contestações regimentais, mantendo o prosseguimento da votação do projeto.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada levantou questão de ordem com base no art. 95 do Regimento Interno da Casa, no art. 5º do Ato da Mesa, no art. 121 da Constituição Federal brasileira e, sobretudo, no art. 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), denunciando a inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Afirmou que o projeto viola a Convenção 169 da OIT ao não garantir consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas e outras comunidades afetadas, como no caso da BR-319, que pode atravessar terras indígenas. Além disso, criticou a retirada da obrigatoriedade de fiscalização da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em territórios não demarcados e a exclusão de órgãos como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Também alertou que o projeto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

pode causar grande devastação ambiental, especialmente na Amazônia, e citou os impactos sociais e psicológicos de tragédias como Brumadinho (MG) e Mariana (MG). Por fim, afirmou que o autolicensingamento representa um risco de "autoextermínio", ampliando judicializações e ameaçando povos originários.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado levantou questão de ordem com base no art. 95 do Regimento Interno da Câmara e no artigo 225, *caput* e inciso IV do § 1º, da Constituição Federal, denunciando a inconstitucionalidade de dispositivos do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, alertando que o projeto permite licenciamento ambiental por autodeclaração para atividades de médio porte, sem estudo técnico prévio, o que viola o art. 225 da Constituição e decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Alertou que isso fragiliza o controle ambiental, ignora o princípio da precaução e pode gerar judicializações, além de comprometer o arcabouço legal do licenciamento no Brasil. Por fim, solicitou que os trechos inconstitucionais sejam suprimidos do texto.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Na oportunidade, criticou o Relator por atender aos interesses de mineradoras e do agronegócio, ignorando as vítimas de tragédias como Brumadinho (MG) e Mariana (MG). Alertou que o autolicensingamento proposto elimina a análise técnica de impacto ambiental e saúde, esvaziando o papel de órgãos como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Por fim, afirmou que o projeto abre caminho para desastres em todo o país e representa um risco grave às futuras gerações, sendo votado de forma apressada e sem transparência.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Na oportunidade, afirmou que o projeto não resolve os reais gargalos do licenciamento ambiental e busca confronto institucional com o Supremo Tribunal Federal (STF).

Kim Kataguri (UNIÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Na oportunidade, afirmou que, ao contrário do que vem sendo dito, o projeto não retira poderes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) nem das Secretarias de Meio Ambiente

Alceu Moreira (MDB - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Na oportunidade, ressaltou a percepção negativa da opinião pública sobre a atuação do Congresso.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Na oportunidade, afirmou que o projeto é inconstitucional por diversos motivos: permite licenças automáticas para empreendimentos de médio porte, já vetadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF); dispensa indevidamente o licenciamento para atividades agropecuárias; ignora a obrigação de consultar povos indígenas e quilombolas; amplia o desmatamento da Mata Atlântica; quebra o pacto federativo ao transferir competências aos Municípios; e fere princípios constitucionais como a prevenção ambiental e a vedação ao retrocesso.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental.

Coronel Fernanda (PL - MT) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados respondeu a duas questões de ordem a respeito da constitucionalidade do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021. Em sua decisão, reafirmou que a análise da compatibilidade constitucional, legal, jurídica, regimental e de técnica legislativa, bem como da convencionalidade das proposições legislativas, é de competência da Comissão de Constituição e Justiça e de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Cidadania (CCJC). Declarou ainda que novas questões de ordem com esse mesmo teor não seriam mais conhecidas pela Presidência, por já estarem devidamente esclarecidas.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada apresentou questão de ordem com base no § 9º do art. 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitando que o Plenário decidisse imediatamente sobre o efeito suspensivo de recurso anteriormente encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Explicou que já havia recorrido à CCJ em questão anterior e, conforme prevê o regimento, buscava agora apoio do Plenário para que a tramitação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, fosse suspensa até a análise do recurso.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada apresentou questão de ordem com base no § 2º do art. 171 do Regimento Interno da Câmara, argumentando que os Parlamentares ausentes no momento da chamada para uso da palavra perderam definitivamente o direito à inscrição. Criticou a decisão da Presidência de permitir que esses Deputados falassem posteriormente, considerando isso uma irregularidade regimental. Denunciou o que classificou como um retrocesso ambiental, ao se referir ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, em debate que visaria desmontar o licenciamento ambiental, violando a Constituição e ameaçando a preservação da vida e do meio ambiente no Brasil.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado apresentou questão de ordem com base no art. 120, § 2º, do Regimento Interno, alegando que subemendas de redação apresentadas pelo Relator ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, alteraram indevidamente o mérito da proposição, o que contraria o regimento. Destacou, como exemplo, a subemenda à Emenda nº 11, que restringiu a abrangência do termo "saneamento básico", violando a definição prevista em lei. Solicitou, com base no § 4º do art. 119, que a subemenda seja considerada como não escrita. Criticou ainda a superficialidade da apresentação do relatório e lamentou que um tema tão relevante para o meio ambiente tenha sido debatido em condições de exaustão, classificando isso como desrespeito ao Parlamento e ao povo brasileiro.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado classificou como vergonhosa a aprovação, na madrugada, do que chamou de “PL da devastação”. Criticou os Parlamentares favoráveis ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, afirmando que votaram envergonhados e que a sociedade brasileira repudiaria essa decisão ao amanhecer. Citou nomes históricos como Marechal Rondon, Chico Mendes e Darcy Ribeiro para reforçar a posição da bancada em defesa do meio ambiente. Acusou os defensores do texto de negacionismo climático, submissão a interesses estrangeiros e desrespeito à soberania nacional. Reafirmou a expectativa de veto do Presidente Lula e encerrou com um apelo à história, comparando o momento a episódios marcantes da democracia brasileira.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Pedro Lupion (PP - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Gilberto Abramo (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada fez um pronunciamento contra o chamado “PL da devastação”, associando-o ao impacto destrutivo da mineração em Minas Gerais. Citando o poema O Maior Trem do Mundo, de Carlos Drummond de Andrade, comparou o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, ao avanço implacável da exploração mineral que tritura vidas e biomas. Denunciou a influência da bancada da mineração no Congresso e alertou que, se aprovado, o projeto poderá autorizar 86% dos empreendimentos minerários e suas barragens em Minas Gerais, acelerando a destruição de regiões como a Serra do Curral. Por fim, criticou o negacionismo climático, defendeu uma legislação ambiental mais rígida e afirmou que a luta é ética.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada orientou a bancada na votação das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, em debate, e elogiou o Relator Zé Vitor pelo cuidado na elaboração do texto. Como representante da Amazônia, criticou o que considera entraves da legislação ambiental, mencionando obras como a Ferrogrão e a Hidrovia Araguaia-Tocantins, que estariam paradas há décadas devido à burocracia. Afirmou que as queimadas na Amazônia aumentaram 41% no atual Governo e atribuiu isso à falta de alternativas de desenvolvimento sustentável. Por fim, defendeu que desenvolvimento e preservação podem coexistir.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação das emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada encaminhou a votação da Emenda nº 1 do Senado Federal, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação da Emenda nº 1 do Senado Federal, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 1 do Senado Federal, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda nº 1 do Senado Federal, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Kim Kataguri (UNIÃO - SP) - O Deputado protestou contra a condução dos trabalhos, afirmando que sua questão de ordem não foi respondida pela Presidência da sessão. Afirmou que houve descumprimento do Regimento Interno ao permitir que um Parlamentar ausente tivesse sua inscrição resgatada para falar, o que configuraria, em sua visão, desrespeito às normas da Casa e à população brasileira.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada reagiu a declarações anteriores de outro Parlamentar, a quem chamou de “Deputado estrangeiro” e “*reborn*”, dizendo que ele não tem legitimidade para falar sobre a questão indígena. Criticou a negligência em relação ao caso dos ianomâmis e responsabilizou a Vale por tragédias ambientais, como a contaminação por metais pesados de 98% das crianças Xikrin no Pará. Acusou o Parlamentar de ignorar a história e desrespeitar os mais de 300 povos indígenas do Brasil. Enfatizou que os povos originários continuam sofrendo os efeitos de empreendimentos que promovem a devastação.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado criticou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, do licenciamento ambiental, alertando para os riscos de flexibilizar regras em um país onde crimes como os de Brumadinho e Mariana permanecem impunes. Relembrou que, mesmo após seis anos, nenhum responsável está preso e denunciou manobras jurídicas de executivos da Vale para evitar punições. Afirmou que o sistema regulatório atual é permeável a pressões econômicas e políticas, favorecendo grandes empresas em detrimento dos pequenos. Por fim, defendeu que qualquer flexibilização só deve ocorrer após a criação de mecanismos jurídicos eficazes, como a tipificação do ecocídio e a responsabilização empresarial.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada defendeu o projeto de flexibilização do licenciamento ambiental, Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, afirmando que o problema atual não está na lei, mas na má aplicação por agentes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

públicos. Afirmou que responsabilizações que não ocorrem não se devem à legislação vigente, e sim à ineficiência na sua execução. Ressaltou que a nova proposta não beneficia grandes mineradoras com autodeclaração e elogiou a atuação da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado por incluir essas empresas no texto da lei. Concluiu a nova legislação vai contribuir positivamente para o desenvolvimento do País.

Coronel Fernanda (PL - MT) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda nº 1 do Senado Federal, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 1 do Senado Federal, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda nº 1 do Senado Federal, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada protestou contra a condução dos trabalhos, afirmando que sua questão de ordem não foi respondida pela Presidência da sessão. Afirmou que houve descumprimento do Regimento Interno ao permitir que um Parlamentar ausente tivesse sua inscrição resgatada para falar, o que configuraria, em sua visão, desrespeito às normas da Casa e à população brasileira.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada encaminhou a votação da Emenda nº 3 do Senado Federal, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Kim Kataguri (UNIÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação da Emenda nº 3 do Senado Federal, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 3 do Senado Federal, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 3 do Senado Federal, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda nº 3 do Senado Federal, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 3 do Senado Federal, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda nº 3 do Senado Federal, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 3 do Senado Federal, para fins de supressão, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 3 do Senado Federal, para fins de supressão, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda nº 3 do Senado Federal, para fins de supressão, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado solicitou a suspensão temporária da sessão em razão do clima de tensão no Plenário. Pediu a estabilização do ambiente, mencionando que alguns colegas estavam chegando às vias de fato. Destacou a necessidade de respeito entre os membros da Casa e citou um episódio de desrespeito direcionado a uma Parlamentar indígena como motivo para a interrupção. O Presidente da sessão atendeu ao pedido e determinou a pausa nos trabalhos, com o objetivo de restabelecer a ordem antes da retomada dos debates.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada encaminhou a votação da Emenda nº 4 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Kim Kataguri (UNIÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada votação da Emenda nº 4 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda nº 4 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda nº 4 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 4 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 4 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda nº 4 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Zé Vitor (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 4 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 4 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 4 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda nº 4 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL) - O Deputado lamentou a condução da sessão realizada quase às 3 horas da manhã. Criticou o que chamou de imaturidade presente no plenário nesse horário e manifestou solidariedade à Deputada Célia Xakriabá e ao povo indígena. Destacou que o MDB, como partido da maioria, tem seguido a posição do relator nas votações e criticou atitudes desrespeitosas durante o debate, pedindo a manutenção do diálogo respeitoso. Por fim, defendeu que a maioria parlamentar não pode se comportar como minoria e solicitou que a bancada seja liberada quando não houver unanimidade entre os partidos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada apresentou uma questão de ordem para denunciar ofensas e desrespeito sofridos pela Deputada Célia Xakriabá, única parlamentar indígena na Câmara. Destacou a importância do cocar como símbolo cultural e espiritual dos povos indígenas e criticou a ridicularização dessa representação durante a sessão. Ressaltou a aprovação de leis contra a violência política de gênero e o racismo inafiançável, apontando que, apesar disso, a violência simbólica e o silenciamento ainda persistem, especialmente contra mulheres, indígenas e negros na política. Fez um apelo para que o ambiente político respeite a diversidade e permita o exercício pleno das funções parlamentares, sem humilhações ou provocações que ameçam a democracia.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado apresentou questão de ordem para questionar a condução da ordem dos debates durante sessão na Câmara. Destacou o artigo 171 do Regimento Interno, que estabelece a necessidade de inscrição prévia dos parlamentares para discutir proposições na Ordem do Dia, com fala concedida na ordem de inscrição e alternância entre os favoráveis e contrários. Apontou que, na sessão, o Presidente chamou o Deputado Pedro Campos, que não estava presente, e a palavra foi passada à Deputada Duda, que não pertence ao partido de Pedro Campos. Por fim, afirmou que, mesmo autorizado, isso contrariou as regras, que estava inscrito para falar em seguida, não teve a oportunidade.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado corrigiu uma informação sobre a representatividade indígena na Câmara. Afirmou que não há apenas uma Parlamentar indígena na Casa, mencionando a Deputada Silvia Waiãpi, que integra a bancada do PL, e o Deputado Coronel Chrisóstomo, totalizando quatro parlamentares indígenas. Destacou que, mesmo com esse número, a representatividade indígena ainda é muito baixa, com apenas três entre os 513 parlamentares.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado criticou a condução da sessão realizada até altas horas da madrugada, destacando que cerca de 90% dos parlamentares não estavam presentes nem acompanhando o debate. Apontou que, devido à ausência da maioria, as discussões sobre tema ambiental crucial, incluindo o cumprimento do Acordo de Paris e alterações em legislações de proteção ambiental, não estavam sendo efetivamente ouvidas. Expressou repúdio à forma como o assunto foi tratado e lamentou o negacionismo presente no Parlamento, que ignora os impactos dos fenômenos climáticos extremos no País. Por fim, ressaltou a importância do debate responsável e a necessidade de compreensão diante dos desafios ambientais atuais.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada apresentou questão de ordem sobre o artigo 24 da Constituição Federal, ressaltando que a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente entre União,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Estados e Distrito Federal, com hierarquização definida para leis gerais. Criticou que não se trata de uma lei geral, mas de fragmentos que privilegiam interesses econômicos em detrimento da preservação ambiental. Destacou a necessidade de desenvolvimento sustentável, saudável e solidário, rejeitando a transferência de prerrogativas que comprometam a proteção da natureza. Defendeu ainda o respeito à sabedoria dos povos indígenas, mencionando a Deputada Célia Xakriabá e sua conexão ancestral com a natureza, e afirmou que o debate atual deixa marcas negativas para o País.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado encaminhou a votação para rejeição da Emenda nº 18 do Senado Federal apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Kim Kataguri (UNIÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação para rejeição da Emenda nº 18 do Senado Federal apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada a votação para rejeição da Emenda nº 18 do Senado Federal apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação para rejeição da Emenda nº 18 do Senado Federal apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação para rejeição da Emenda nº 18 do Senado Federal apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação para rejeição da Emenda nº 18 do Senado Federal apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação para rejeição da Emenda nº 18 do Senado Federal apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação para rejeição da Emenda nº 18 do Senado Federal apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado encaminhou a votação da Emenda nº 28 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado encaminhou a votação da Emenda nº 28 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Zé Vitor (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada votação da Emenda nº 28 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda nº 28 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda nº 28 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 28 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 28 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda nº 28 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda nº 28 do Senado Federal, para fins de rejeição, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda de redação apresentada às emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda de redação apresentada às emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Pedro Lupion (PP - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda de redação apresentada às emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação da subemenda de redação apresentada às emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda de redação apresentada às emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda de redação apresentada às emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado Rogério Correia criticou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências, ressaltando que a bancada norte-americana comemorava a medida como uma vitória, mas que ela representava um retrocesso para o Brasil. Alertou que a decisão seria vista pela população como um ataque ao meio ambiente e destacou que o Congresso não poderia se queixar das críticas populares diante dessa aprovação. Também mencionou que o veto do Presidente Lula e possíveis decisões do Supremo Tribunal Federal indicariam questionamentos à constitucionalidade do projeto. Enfatizou a gravidade da pauta discutida em madrugada, classificando o projeto como uma derrota para a proteção ambiental do País.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da subemenda de redação apresentada às emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação da subemenda de redação apresentada às emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da subemenda de redação apresentada às emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada criticou declarações do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre a rua 25 de Março, importante polo comercial de São Paulo (SP). Destacou o papel econômico da região, que atrai compradores de diversos Estados e garante sustento a milhares de ambulantes. Relembrou sua atuação junto aos trabalhadores do local, desde quando foi Vereadora, e questionou a legitimidade de Trump em opinar sobre o tema. Anunciou presença no local no sábado como forma de defesa da economia popular e reafirmou que a 25 de Março é símbolo da resistência e da geração de renda no Brasil.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente encerrou a sessão reafirmando o compromisso com o respeito ao debate e à divergência de opiniões. Relatou que a matéria votada passou por ampla discussão na Câmara e no Senado, com alterações significativas negociadas pelo Deputado Zé Vitor junto a diversos ministros do Governo, incluindo Marina Silva. Destacou que cerca de 70% das demandas do Executivo foram incorporadas ao texto. Além disso, lamentou os incidentes ocorridos durante a votação e repudiou qualquer tipo de violência, política ou de gênero. Reafirmou seu esforço para conduzir os trabalhos com equilíbrio e respeito ao decoro parlamentar. Por fim, agradeceu aos colegas pela convivência no semestre e expressou o desejo de seguir à altura da função que exerce.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a gestão do Presidente Lula, classificando-a como ineficiente e marcada por prioridades eleitoreiras. Apontou o programa “Carro Sustentável” como exemplo de política que favoreceu montadoras já estabelecidas no País, excluiu veículos 100% elétricos e adotou medidas de viés protecionista sob o discurso ambiental. Alegou que o governo abriu mão de receita bilionária ao beneficiar a indústria automotiva, ao mesmo tempo em que enfrenta impasses com o Congresso sobre aumento de impostos. Também denunciou o que chamou de populismo fiscal e promessas eleitoreiras com validade até 2026. Defendeu um modelo de governo que promova inovação, corte gastos e reduza a carga tributária sobre a população, cobrando mais responsabilidade com os recursos públicos.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada homenageou os 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, classificando-o como um marco civilizatório da legislação brasileira. Relembrou a mobilização da sociedade civil e a atuação do Parlamento, destacando a participação do seu pai, o ex-Senador Nelson Carneiro, na



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

tramitação do projeto no Senado. Mencionou avanços gerados pelo ECA, como a criação dos Conselhos Tutelares, a ampliação do acesso à educação, a redução do trabalho infantil e o fortalecimento de políticas contra a violência. Citou leis inspiradas no Estatuto, como o Marco Legal da Primeira Infância, a Lei da Palmada, a Lei da Escuta Especializada e a Lei Henry Borel. Por fim, defendeu a continuidade da fiscalização e a efetivação dos direitos garantidos, ressaltando que o ECA representa um compromisso político e ético com a infância e adolescência brasileiras.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado fez um balanço do semestre legislativo, destacando a atuação em pautas relevantes para o País e para os Municípios. Ressaltou a aprovação da Proposta e Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. Informou que, na Comissão de Viação e Transportes, defendeu a federalização e duplicação de trechos da rodovia TO-050, com foco no desenvolvimento do Tocantins. Reafirmou o compromisso com o municipalismo, defendendo mais recursos e autonomia para os gestores locais. Encerrou o pronunciamento destacando a importância do diálogo e do equilíbrio na atuação política e assegurou que seguirá trabalhando pelo Tocantins durante o recesso parlamentar.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado alertou para os impactos da nova tarifa de 50% imposta pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, prevista para entrar em vigor em 1º de agosto, e defendeu a Zona Franca de Manaus como modelo estratégico de resistência econômica. Destacou que mais de 95% da produção do Polo Industrial de Manaus é destinada ao mercado interno, o que garante resiliência diante de crises externas. Criticou a dependência de setores como o agronegócio e a mineração e afirmou que a ZFM representa um caminho de desenvolvimento autônomo. Defendeu a ampliação dos incentivos ao modelo amazônico, considerando-o um símbolo da soberania nacional. Por fim, propôs que o Brasil adote estratégias semelhantes, voltadas ao fortalecimento do mercado interno e da indústria nacional, como resposta a ameaças comerciais externas.

Ruy Carneiro (PODE - PB) - O Deputado apresentou um balanço do primeiro semestre de 2025, destacando ações nas áreas de saúde, assistência social, educação, causa animal e políticas públicas para pessoas com deficiência. Informou que, durante missão oficial à China, articulou com o Governo Federal a distribuição de itens de apoio a pessoas com autismo. Cobrou responsabilização pelas fraudes no INSS e propôs medidas de segurança ao sistema. Relatou a proibição de testes em animais para cosméticos e celebrou o apoio a famílias afetadas pela microcefalia. Também defendeu assistência a pessoas com vício em jogos de azar. Destinou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

recursos a hospitais da Paraíba e instituições sociais, além de investimentos em infraestrutura e tecnologia para o IFPB e a UFPB. Reforçou o compromisso com a recuperação ambiental do Rio Jaguaribe e da orla de João Pessoa (PB).

Acácio Favacho (MDB - AP) - O Deputado comunicou sua recondução à Presidência do Diretório Estadual do MDB no Amapá, reafirmando o compromisso com o fortalecimento do partido e o desenvolvimento político do estado. Agradeceu ao Diretório Nacional, na pessoa do Deputado Baleia Rossi, e às lideranças locais, como vereadores, prefeitos e filiados, pelo apoio e participação ativa na construção partidária. Destacou o processo de modernização e renovação do MDB amapaense, com foco na valorização das bases, juventude, mulheres e lideranças comunitárias. Anunciou que o partido se prepara para um novo ciclo com vistas às eleições de 2026, priorizando o diálogo, a formação de lideranças e a construção de candidaturas representativas. Encerrou o discurso reafirmando a união e o compromisso político como pilares para o futuro do MDB no Amapá.

Lêda Borges (PSDB - GO) - A Deputada defendeu a criação do Programa Nacional de Cooperação Interfederativa (PRONACI) para enfrentar o colapso fiscal e previdenciário vivido por milhares de Municípios brasileiros. Propôs assistência técnica e financeira para consórcios públicos, estímulo à compensação previdenciária, linhas de crédito para modernização administrativa e uma plataforma nacional de governança local. Baseou-se em incentivos e não impôs novas obrigações, buscando fortalecer a autonomia federativa e promover soluções coletivas para desafios comuns. Destacou que a iniciativa nasceu do diálogo com gestores municipais e visa transformar dificuldades crônicas em oportunidades reais de reorganização institucional. Também contemplou a RIDE-DF e propôs uma governança compartilhada com órgãos federais e entidades representativas dos Municípios.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado celebrou a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil, com transição prevista até R\$ 7.350. Informou que a medida alcançou mais de 20 milhões de brasileiros, aliviando a carga tributária sobre os trabalhadores de menor renda e promovendo maior justiça fiscal. Destacou que a ampliação também instituiu alíquotas progressivas para rendas mais altas, chegando a até 10% para ganhos acima de R\$ 1,2 milhão por ano. Destacou o compromisso do Congresso e do Governo Federal com um sistema tributário mais justo, além da manutenção da isenção sobre lucros e dividendos até o fim do ano, com tributação prevista a partir do próximo exercício. Por fim, ressaltou como um avanço no combate às desigualdades e um marco na valorização do trabalho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 136.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/07/2025

Marcio Alvino (PL - SP) - O Deputado destacou a realização da Audiência Pública Democrática sobre as ameaças ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), marcada para 18 de julho em Brasília (DF). Informou que o evento, promovido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, reuniu representantes da sociedade civil, especialistas e gestores para discutir estratégias de proteção ao BPC, direito constitucional de idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade. Ressaltou as recentes tentativas de restrições orçamentárias e mudanças legislativas que colocaram o benefício em risco. Reafirmou o compromisso de seu mandato com a inclusão e a defesa dos direitos dessas pessoas, convocando parlamentares e cidadãos a participarem do debate. Também prestou homenagem às Apaes de Itapetininga (SP), Miracatu (SP), Torrinha (SP) e Mairiporã (SP) pelo trabalho na promoção da inclusão social.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado destacou o impacto da elevação da tarifa americana para 50% sobre produtos brasileiros, que pode comprometer setores como aviação, agronegócio e indústria, especialmente em São Paulo. Alertou para os riscos ao comércio bilateral, citando a Embraer, cujas encomendas para os EUA podem ser canceladas devido ao aumento dos custos. Ressaltou que o agronegócio paulista, responsável por grande parte das exportações de suco de laranja, etanol e açúcar, também será afetado. Defendeu a prioridade da diplomacia e da negociação para restabelecer as relações comerciais, afastando posturas ideológicas. Por fim, enfatizou a necessidade de serenidade e união para superar o atual conflito, evitando medidas de reciprocidade que possam agravar ainda mais a situação econômica e política entre Brasil e Estados Unidos.

ENCERRAMENTO